



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG
Datas: 13/07/2012 às 09:00 hs

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a nonagésima reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; 1º SGT PM Sr. Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. José Franco Basílio, 2º suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sra. Dora Marques Peres Drummond, 1º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sra. Vanda Davi Fernandes de Oliveira, titular do Ambiente e Educação Interativa – AMEDI; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET /MG; Sr. Reginaldo de Camargo, titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Junior.** SILVIA (PRESIDENTE) – Bom dia a todos. Eu gostaria so de informar aos senhores conselheiros e aos demais aqui presentes que hoje agente não conta com a presença do Rodrigo, Superintendente, devido a um falecimento de um tio dele agora na parte da manhã, eu gostaria de contar com todo apoio da equipe do Rodrigo, da equipe da Supram nos trabalhos de hoje. Neste momento agente passa para o **item 3 - Comunicado aos conselheiros**, e eu passo a palavra aos senhores. THIAGO (FIEMG) – Bom dia a todos, só gostaria de constar que foi iniciada a campanha contra incêndio de 2012 capitaneada pela Faber Castel, Cargil, Cemig dentre outros e existem cartazes que nos vamos distribuir com telefones em caso de incêndios as margens da estrada para que agente possa colaborar da melhor forma possível. Obrigada. NATHALIA (OPA) - Convida-los para final de julho, esse ultimo final de semana de julho agente vai realizar o curso de ISO 9001 de gestão de qualidade, então os interessados entrar no site da OPA ou entrar em contato no e-mail opa@opa.org.br, para fazer esse curso. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais nenhum comunicado srs. conselheiros? Então passamos nesse momento para o **item 4 - Exame da Ata da 89ª RO de 15/06/2012** – Os senhores conselheiros que concordarem com



a ata que estava disponibilizada no site da SEMAD permaneça como está ou manifeste voto contrário. A CONSELHEIRA NÃO SE IDENTIFICOU - Eu gostaria de me manifestar. Cumprimento a todos, parece alto o microfone hoje né? Bom, o que eu queria dizer da ata, uma das coisas que eu gostaria que constasse em ata, é horário do início dos trabalhos e o horário do final dos trabalhos, que isso pudesse constar em ata. Bom, quando eu li a ata, eu vi que na verdade há transcrição do áudio né? Eu penso assim, que um documento público, que futuramente as pessoas vão tomar conhecimento, no meu ponto de vista, posso estar equivocada, os conselheiros colegas podem não concordar comigo é que essa ata fosse feita nos termos da nossa língua escrita mesmo né? Que ela pudesse ter pontuação e que pudesse ter as correções necessárias. Então se os conselheiros concordarem comigo, porque hoje a gente lê e a gente entende porque a gente participou da reunião, mas futuramente se alguém quiser fazer uma pesquisa nesse documento ela vai ter dificuldade de entender realmente o que está acontecendo, esse é meu sentimento tá. Eu queria que pudesse ser feitas correções nas folhas 48 que está escrito “lixia” ao invés de lichia, essas coisas que a pessoa poderia não entender do que se trata, das linhas 51 a 56, tem alguma coisa que parece que não está dando para compreender, eu não sei, talvez o áudio não tenha ficado muito bom e na hora que a pessoa foi transcrever ela não conseguiu. As folhas 298 tem uma escrita também que não está adequada que no caso esta preposição é uma proposição e dificulta o entendimento para quem não tiver participado. Tem um erro no nome na fila 612 e nas folhas 430 faltou colocar o pedido de esclarecimento da FIEMG, pois o representante da FIEMG pediu um esclarecimento e ele pede a mesa que o conselheiro que pediu vista motive seu pedido de vista e isso não consta, eu gostaria que fizesse constar isso na ata. São essas considerações senhora presidente. THIAGO (FIEMG) – Eu não lembro de ter feito esse pedido. RAQUEL (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, com relação a essas sugestões de alteração a equipe da Supram vai pegar com você por escrito para fazer essas alterações tá? E a Kamila gostaria de fazer um histórico sobre as atas dentro dessa URC tá? KAMILA (SUPRAM) – Então conselheira, muito já foi discutido a respeito das atas, antes era uma ata sucinta daí a gente teve o problema de que em alguns casos não estava dando a interpretação que aquele conselheiro naquele momento quis que fosse expressada na ata, que não estaria fiel. Então a forma que a gente entendeu que a gente conseguiria eliminar isso seria através de uma ata realmente na íntegra tal qual ocorre em algumas superintendências. Agora quanto à questão do horário de início e fim, é possível, mas aí a presidente vai ter que dizer quando iniciar, porque a pessoa só transcreve então é preciso que fique registrado esse horário de início e fim, agora esse ponto da ata em síntese ou íntegra que volta novamente a polêmica que aí a gente precisaria ver qual seria a forma mais adequada. A CONSELHEIRA NÃO SE IDENTIFICOU – A questão que não me fez entender bem, eu acho que ela deve estar na íntegra, eu estou de acordo com isso, de forma alguma eu gostaria que fosse diferente, eu acho que ela deve estar na íntegra, mas não a transcriçãoipsis litteris do áudio, porque, por exemplo, se um conselheiro erra uma palavra vai errar na escrita, aí se o conselheiro fala “né”, vai “né” na escrita, “não é”? Não poderia colocar não é no lugar? Então assim uma coisa escrita, eu estou dando um exemplo simples, só para não falar das outras coisas que tem dentro da ata, que para uma pessoa que futuramente for fazer uma leitura, um pesquisador que queira pesquisar como que foi esse processo, entender a ata, e não tem pontuação nenhuma, o texto não tem pontuação, então mesmo quando a gente fala tem um momento que a gente para. Eu não quero síntese, na íntegra mesmo, mas com as correções para que fique mais inteligível para outras pessoas que não participaram da reunião.



SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, a equipe da SUPRAM irá analisar, mas mantendo a forma na íntegra, tá? Então aprovada a ata com as alterações da conselheira Vanda e com abstenção da conselheira Raquel da Secretaria de Meio Ambiente, ok? Então passamos neste momento para a leitura de todos os itens de processo de pauta, caso os senhores conselheiros necessitem de destaque vocês solicitem e o restante a gente vota em bloco. **Item 5- Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva: 5.1 Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. - Beneficiamento primário de produtos agrícolas e armazenagem de grãos ou sementes - Patrocínio/MG - PA/Nº 09862/2008/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. - RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Vanda Davi Fernandes de Oliveira representante da AMEDI. CONSELHEIRA NÃO SE IDENTIFICOU** – Isso é para apresentar o parecer né? SILVIA (PRESIDENTE) – Isso, destaque da Policia. **Item 6. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica - Patos de Minas/MG - PA/Nº 04074/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque (Não se identificou). NATHALIA (OPA) – destaque. 6.2 Carlos Alberto Peloi/Fazenda Rio das Pedras - Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de leite - Uberlândia/MG - PA/Nº 02934/2012/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. NATHALIA (OPA) – Destaque. 7. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação: 7.1 Curtume Boa Vista Ltda. - Fabricação de couros por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento exclusivamente ao tanino vegetal e fabricação de couro por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento ao cromo, seus derivados ou tanino sintético - Carmo do Paranaíba/MG - PA/Nº 00152/1995/006/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. Item 8 Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 8.1 Gerdau Aços Longos S.A - Depósito de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto embalagens de agrotóxicos. - Uberlândia/MG - PA/Nº 16663/2011/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. 9. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 9.1 Maxdiesel Veículos e Peças Ltda. - Posto revendedor de combustíveis - Araxá/MG - PA/Nº 03220/2001/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. 9.2 Scala Produtos Alimentícios Ltda. - (Ex - Reimassas) - Fabricação de outros produtos alimentares, não classificados ou não especificados - Uberlândia/MG - PA/Nº 00223/2003/002/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. NÃO SE IDENTIFICOU** – Esse processo agente recebeu ele agora como vai ter comentários, eu vou aguardar os comentários com destaque é claro. **10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 10.1 Produtos Tarumã Ltda. - Preparação do Leite e fabricação de produtos de laticínio - Uberlândia/MG - PA/Nº 00082/1987/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. 10.2 Frigorífico Delta Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte - Delta/MG - PA/Nº 00312/1999/005/2009 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Esse processo está sendo retirado de pauta. SILVIA (PRESIDENTE) – Srs. Conselheiros, então não teremos nenhuma votação em bloco porque**



todos os processos foram solicitados destaque, a Kamila da SUPRAM está informando que os pareceres de vista não foram entregues dentro do prazo estabelecido, que foi combinado dos senhores conselheiros entregarem no prazo de 5 (cinco) dias para que fosse expostos no sítio da SEMAD e isso não aconteceu. Então a gente gostaria de pedir o apoio dos conselheiros que toda vez que for solicitado vista que seja cumprida a entrega dos relatórios. Neste momento abrimos a discussão do item 5.1, com a apresentação da conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira, representante da AMEDI, o seu relatório de vistas. VANDA (AMEDI) – Bom, é, inclusive eu quero pedir desculpas por não ter conseguido entregar o parecer com antecedência, porque o único momento que eu tive oportunidade de visitar o empreendimento foi no último final de semana, e depois com uma série de atividades eu não consegui realmente a tempo, mas acredito que tenha dado tempo dos senhores conselheiros fazer leitura porque a SUPRAM passou ontem ainda de manhã, foi ontem pela manhã né? E peço a compreensão dos colegas, porque eu acho que na verdade esse processo que nós temos aqui é um processo de ajuda mútua, porque a gente está aqui com o mesmo interesse de ver aquele empreendimento que está com problema, o que a gente pode fazer para ajudar a corrigir essas questões. Eu estive no empreendimento, conversei com a proprietária e ela me mostrou a instalações e depois disso eu fiz uma fala com a comunidade do entorno, lá tem uma escola, uma creche. Falei com a diretora da escola e depois eu quero passar um vídeo pequeno, são uns quatro minutos de vídeo, que foram as entrevistas que nós fizemos com essas pessoas. Então, assim, é um empreendimento que eles tentam amenizar a questão da emissão atmosférica, mas ela está ineficiente, porque ela está ineficiente? Nas próprias fotos que nós tiramos, dá para demonstrar a transparência, eu gostaria se pudesse, que colocasse esse parecer no quadro para mostrar essas duas fotos porque dá para ver a transparência do lado de dentro para fora, dá para você ver a transparência que é uma telinha, e uma outra foto dá para você ver que aquele pó de milho, porque é um pozinho de milho fino que ele realmente é lançado na atmosfera, muita coisa. Embora eles tentam amenizar com uma chuvinha de água, e consegue que muita coisa fique retida, muita coisa vai para atmosfera e isso está causando doença na comunidade do entorno. Essa comunidade já tentou pelas vias civis entrar com processo, eles tem processo lá em Patrocínio, e eles não tem tido sucesso. Então assim, a minha intenção de vir aqui hoje falar desse empreendimento é no sentido de a gente conversar o que seria possível fazer, por exemplo, eu não sou contra o empreendimento, de forma alguma a AMEDI é contra o empreendimento, nos temos que ver como que a gente pode ajudar essas pessoas porque, a história desse empreendimento, antes era da CASEMG, o armazém era da CASEMG, uma empresa do Estado, um Estado que tem obrigação de cuidar das pessoas e quando ela começa a ter problema com esse empreendimento, ela arrenda o empreendimento para cooperativa, são mais de 2 mil cooperados, ela atende mais de 2 mil cooperados, só que não adianta o Estado passar problemas para ele, porque se fosse fazer um levantamento do que o Estado gasta com a saúde dessas pessoas que estão sofrendo, no entorno do empreendimento, isso deve ter um custo altíssimo para o Estado, além das pessoas passarem por todo esse sofrimento. Por isso o opinamento da AMEDI, vai no sentido de não, não votar a favor do empreendimento, votar sim a favor do empreendimento com a condicionante de colocar um filtro manga que vá funcionar, porque o que está, está demonstrado, e eu quero fazer essa demonstração, que não está atendendo. Além disso, eu queria falar que no parecer da SUPRAM, e aqui eu queria falar com os técnicos, porque no parecer, e isso eu gostaria também de compartilhar com os conselheiros, que muitas vezes agente olha o parecer e a visita foi feita a muito tempo, por exemplo, a visita desse



185 empreendimento a SUPRAM fez em 2011, ou seja, pode ser, pode ser não, com certeza na
186 época em que a SUPRAM visitou, não tinha o que a gente viu dentro do empreendimento.
187 Onde está guardado o material fertilizante tem muito mato, por isso a gente colocou aquelas
188 medidas mitigadoras que são coisas simples que a empresa pode fazer, que vai evitar riscos.
189 Veja essa canaleta aí, essa água, porque não sei se vocês viram no parecer, há um consumo
190 entre 5.000 e 6.000 litros de água, para onde vai essa água? Parte dela umedece aquele pó, a
191 outra parte que não fica naquele pó, ela escorre nessa canaletas que vai direto para via pluvial,
192 chega na rua e dá um odor fétido para a população, diz que a tarde essa população não tolera o
193 odor, e isso não consta no parecer. Então, assim, eu queria pedir a função dos técnicos, é tão
194 importante, mas tão importante, e a gente tenta também fazer essa fala para ajudar, porque
195 aqui a gente está junto, vocês fazem uma parte do trabalho, a gente ajuda fazer a outra parte
196 do trabalho para um proteger o outro, e proteger o meio ambiente, porque se amanhã ou
197 depois eu tenho um processo aprovado com base em um parecer que não está real e fidedigno
198 há problemas para o técnico. Então são coisas importantes, aí eu gostaria que os senhores
199 vissem essa foto, por favor, volte essa foto na tela, a outra, sobe um pouquinho, o que eu
200 queria que os senhores vissem, está vendo como que fica, não está muito boa a foto, mas por
201 mais que tente segurar essa emissão ali dentro, do lado de fora da para ver esse pózinho fino
202 de milho, e esse pó é o maior problema para essa comunidade. Então considerando que todos
203 leram o parecer, e peço desculpas em alguns escritos não ficou tão completo, mas como eu me
204 referi às falas que já estavam nos estudos, porque os estudos que foram feitos de emissão,
205 foram feitos fora do período de Safra, ou seja, se eu vou até a empresa medir o barulho, se eu
206 meço o barulho fora do período de Safra, o barulho não vai corresponder ao período da Safra,
207 no parecer isso não ficou claro, mas só olhando dentro do processo é que eu pude ver porque
208 o próprio técnico fez a medição e garantiu que a medição foi feita fora do período de Safra,
209 então a emissão não corresponde à realidade que está no parecer, e isso para mim é
210 preocupante. Então se alguém quiser me questionar, eu estivesse lá, se eu não souber gente,
211 eu sinto muito, eu tentei fazer o melhor. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira Vanda.
212 Antes de passar a palavra para o conselheiro Thiago fazer a apresentação, eu gostaria só de
213 informar que as informações que estão dentro do parecer da SUPRAM, foram sim em relação
214 à data de vistoria que eles fizeram a época, e são informações reais, e a análise da equipe é em
215 cima do projeto que foi apresentado no órgão ambiental, a responsabilidade de elaboração do
216 projeto é do empreendedor e de sua equipe técnica. A SUPRAM fez análise do processo
217 apresentado no órgão ambiental. Então em nenhum momento a SUPRAM, acho que os
218 demais conselheiros não devem ter essa dúvida, de terem deixado informações que não
219 fossem fiéis, que retratassem a realidade no momento. Essa informação da sra. que essas
220 informações não são fidedignas, acho que é um pouco perigoso. NÃO SE IDENTIFICOU –
221 Quero fazer uma correção, no parecer não tem todas as informações importantes que nós
222 precisamos para analisar o processo como um todo. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira
223 Vanda, então a sra. já apresentou todas suas dúvidas e a equipe técnica irá responder após a
224 apresentação do conselheiro da FIEMG. A palavra está para você conselheiro Thiago.
225 THIAGO (FIEMG) – Primeiramente, gostaria também de me desculpar pelo atraso, eu tive
226 um imprevisto de ordem pessoal e tive que fazer uma viagem, mas consegui ainda com um
227 pouco mais de tempo disponibilizar para vocês o parecer. É, nós enviamos então um parecer
228 aos conselheiros, acompanhando o parecer técnico da equipe, entendendo que na leitura do
229 processo, na conversa com o responsável pelo empreendimento, responsável pelos projetos,
230 restou o suficiente a questão para aprovação da licença. Sem querer me alongar, se existem



231 tais problemas e eles não conseguiram ser identificados na época, nós temos aqui a
232 Procuradoria Geral de Justiça que com certeza vai agir, e esse conselho aqui também, não é
233 um conselho engessado, nós estamos aqui, como foi falado pela conselheira Vanda, para nos
234 ajudar a ajudar o meio ambiente. Então, eu gostaria de ressaltar que nós vamos acompanhar o
235 parecer da SUPRAM que é pelo deferimento da licença. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok!
236 Então a gente gostaria de ouvir a equipe técnica para esclarecer todas as dúvidas que foram
237 levantadas pela conselheira da AMEDI. AMILTON (SUPRAM) – Bom dia Vanda, a gente
238 esteve lá o ano passado, e a preocupação que você colocou foi a nossa preocupação também,
239 tanto é que nós enviamos naquela época, o ofício 3111/2011, pedindo esses três itens que
240 você colocou aqui, análise de ruído; laudo de emissão de particulado e comprovação
241 adequada do sistema que ele tinha de captação de pó. Ele apresentou essas informações dentro
242 do prazo estabelecido, nós não voltamos ao empreendimento, analisamos a informação
243 prestada pela consultoria, pois tem engenheiro ambiental responsável pela gestão do
244 empreendimento, e nós acatamos aquela informação e colocamos aqui o processo para
245 votação. Se esse empreendimento estiver na condição que você colocou aqui, eu jamais teria a
246 coragem de colocar um parecer aqui para a apreciação de vocês, porque eu sou servidor
247 público, sou conhecedor dos meus deveres como servidor público, e também sou conhecedor
248 das responsabilidades que eu posso ter por induzir você a um erro. Quando eu estive lá, teve
249 um outro pessoal comigo também, nós conversamos com o Sr. Francisco. Perguntamos se ele
250 tinha problema com a comunidade, o Sr. tem algum procedimento administrativo aberto no
251 Ministério Público, tem algum problema? Ele falou: olha, eu não tenho nenhum problema,
252 nenhum morador nunca veio aqui reclamar para mim, aí nós conversamos mais ainda, agora
253 ultimamente nós ligamos lá, e verificamos que o Sr. Antonio Geraldo, que foi a pessoa que
254 veio aqui pedir para que a Sra. pedisse vista, era diretor do CODEMA, inclusive a 1 ano atrás,
255 a prefeitura deu a declaração de uso e ocupação do solo falando que o empreendimento estava
256 de acordo com a lei municipal. A prefeitura deu um alvará de funcionamento para o
257 empreendimento, tem problema nesse empreendimento? Tem problema, a rede da FCA passa
258 ao lado do empreendimento, tem casa que está a 5 metros da rede de FCA, tem casas que está
259 a 9 metros da linha do FCA. Quando o vagão da FCA passa, ele demora cerca de 5 a 7
260 minutos em uma velocidade de 15 Km/h, e causa um barulho enorme, treme ate a casa das
261 pessoas que estão lá de baixo, aí contraria lei de ocupação do solo, que fala que deveria
262 respeitar quinze metros de cada lado. Então tem um problema lá realmente, a comunidade está
263 muito próxima, inclusive da linha da FCA, colocando em risco a vida de uma criança ou uma
264 pessoa que está passando ali. Então deu um problema de gestão municipal lá, com relação
265 inclusive a essas moradias. Quando a sra. coloca aqui no item processo licitatório, ofício 3111
266 processo licitatório, aqui não é um processo licitatório, o processo licitatório é regido pela lei
267 8666/93, aqui é um procedimento administrativo de licença ambiental. Com relação à questão
268 das pragas, dos insetos, roedores, nós temos uma MG que dá acesso a Ibiá / Patrocínio, que
269 passa ao lado de cima, temos a avenida Faria Pereira, que corta esse sentido, temos uma outra
270 rua assim, do lado de cá, nós temos um monte de terreno cheio de braquiária, que não é aqui
271 da Copa, que a prefeitura tem que, é dever da prefeitura municipal cobrar daqueles terrenos
272 uma limpeza daquela área, porque área suja o camarada vai lá joga lixo, o próprio morador
273 joga lixo, dá barata, dá inseto, dá rato. Dentro do empreendimento, o empreendimento é
274 antigo, as instalações são antigas, se fosse um empreendimento mais novo, estaria bem
275 melhor do que estaria lá hoje, tem um sistema de controle, a sra. coloca bruxinhas, mas deve
276 ser mariposas, insetos, pragas do grão do milho, tem um sistema por quê? Porque tem uma



portaria do Ministério da Agricultura, que ele avalia o produto na entrada e na saída, e ele não pode vender milho carunchado para os outros. Então ele tem que ter um sistema de controle de praga dentro do empreendimento dele, porque se não, se ele vender alguma coisa carunchada ele vai receber uma ação. E também, eu liguei lá, conversei com a comunidade, com algumas pessoas foi me falado que o Sr. Antônio Geraldo é candidato a vereador pelo PHS, está querendo levantar a moral de ambas sociedade a oposição dos diretores da cooperativa. Mas aí seria um outro problema, nós temos que nos ater ao problema ambiental, e o que eu tenho para dizer para senhora é que quando eu fui lá, e baseado nas informações que me foram prestadas, ele tem sistema de controle lá dentro, esse sistema de controle tem que ser bem executado, se ele executar esse sistema de controle e manejar ele adequadamente, ele vai evitar problema com a comunidade, e o nosso parecer é esse que está aí na forma como ele está, tá? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Vanda a questão de colocar filtro manga, existem sistemas de controle de emissão atmosférica, então tem tubo Venturi, que não sou eu, mas tem tubo Venturi, lavador de gases via úmida que tem a mesma eficiência de filtro manga, o filtro manga também. No caso lá não são duchinhas, o consultor está aqui, é uma aspersão ao material particulado, que segundo o processo visa garantir. Se não está tendo eficiência ou controle necessário, aí teria que melhorar igual à senhora falou, agora os sistemas pode ter o ciclone junto com o filtro manga, isso quem vai definir realmente tem que ser o empreendedor que garante essa eficiência de controle se estiver atrapalhando a comunidade. Lá na região tem areeira, tem vários outros empreendimentos que o zoneamento ali está tudo. Então tem que fazer um raio em volta para saber a qualidade do ar. AMILTON (SUPRAM) – Pode-se colocar uma condicionante para monitorar a qualidade do ar naquele empreendimento. Eu me inscrevi NAZARA (PCA – AMBIENTAL) – empresa de consultoria a gente que elabora e mantém o acompanhamento até o momento. Eu gostaria só de esclarecer que todas as informações prestadas até então, nós fizemos visitas logo após ela pedir vistas, realmente nesse ano, que nós acompanhamos, havia um probleminha e outro e houve as correções. Todas as informações prestadas estavam dentro dos padrões, estão fazendo monitoramento, eu sou engenheira civil e eu quem sou responsável técnica pelos trabalhos até hoje, não vejo nenhum motivo de instalar filtro manga. Não existe indicação técnica para isso, o que eles escolheram até hoje, é o suficiente, porque o tipo de atividade que eles desenvolvem é para isso, filtro manga é no máximo exigido para atividade com, vamos falar que para cimenteira, é o máximo assim, não para este tipo de atividade. Não por questões de custo nada, se realmente eles sentirem que querem muito mais que tem lá, tudo bem, mas pelo entorno, o que existe no entorno, o que eles fazem, já é o suficiente. Obrigada. JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Com relação também a questão de partículas, eu estava falando com o conselheiro o seguinte, você olha no entorno, a vegetação nós vimos não tem sinais, em cima do armazém não tem, o que a sra. colocou embaixo a sra. mostrou a foto, e realmente se está sendo mal operado tem que ser corrigido. Quando o empreendimento foi lá nós fomos na medida de controle apresentada e garantia eficiência, agora se não está garantindo tem que ser feito o controle, a operação. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhores conselheiros, eu vejo aqui no momento em relação a dúvida da conselheira Vanda é se o sistema que foi apresentado dentro do processo de licenciamento está atendendo os padrões para emissões atmosféricas. Eu gostaria que a equipe informasse isso, o que foi apresentado, o que foi projetado pela empresa atende os padrões? NÃO SE IDENTIFICOU – Senhora presidente, é uma questão de ordem aqui, é o seguinte, são problemas distintos, por exemplo, a sociedade, a comunidade, reclama de dois problemas básicos, falar das bruxinhas faz parte de todo o



323 processo, e aqui eu já peço desculpas por falar das bruxinhas para os expressores a próxima
 324 vez vou nomear corretamente. A comunidade fala do mau cheiro e fala da poeira. Qual foi, eu
 325 quero saber assim bem direto, qual a solução que a SUPRAM está dando no parecer para o
 326 efluente líquido que está caindo na rede pluvial, que está indo até a rua causando esse mau
 327 cheiro, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, esse sistema do jeito que está, não quer
 328 dizer, eu vou fazer a assertiva, eu quero que fale o contrário, que pelo que nós constatamos e,
 329 se logo depois da minha fala, fosse possível passar o vídeo, a comunidade está reclamando
 330 que aquele sistema que eles estão utilizando não é eficiente, porque uma noite sequer que o
 331 carro fica do lado de fora, eles podem juntar um monte daquele pó de milho fininho. Isso
 332 entra para dentro das casas, as pessoas ficam com as casas fechadas, mesmo assim isso entra
 333 para dentro das casas. Então, é nesse ponto, acho que é questão da emissão dos efluentes
 334 líquidos e atmosférica, eu acho que é basicamente isso. AMILTON (SUPRAM) –
 335 Conselheira, o efluente líquido, quando nós tivemos lá, eu não vi isso que a senhora está
 336 falando não, com todo respeito, de escorrer. VANDA (AMEDI) – Eu mostrei a foto.
 337 AMILTON (SUPRAM) – Aquilo lá é uma foto da caneleta interna, agora lá de fora do
 338 empreendimento eu não vi escorrendo não, sabe por quê? A senhora sabe a distância que tem
 339 desse empreendimento a casa? A linha da FCA está do lado de baixo não está? A senhora viu
 340 lá a linha da FCA? VANDA (AMEDI) – Vamos ver o vídeo das pessoas falando porque se
 341 não fica só eu falando. AMILTON (SUPRAM) – Agora conselheira, é o seguinte, eu não sou
 342 contrário a instalar filtro de manga não, se o engenheiro apresentar um projeto, sendo ele
 343 responsável pela instalação e ele comprovar a eficiência do sistema não somos contra não,
 344 agora eu não posso sugerir a tecnologia para ele, porque se eu sugerir a tecnologia para ele eu
 345 sou corresponsável se o sistema não funcionar. Agora se ele vai apresentar um filtro manga ou
 346 outro sistema de controle e ele garantir na ART dele que é eficiente, tudo bem. O que nós
 347 podemos pedir, é que ele faça monitoramento mais contínuo, que ele faça entrevista com a
 348 comunidade. Agora uma coisa curiosa, tem tanto problema, por que não recorreu antes, o
 349 processo ficou dentro da SUPRAM durante um ano, por quê que não foi lá, por que o Sr.
 350 Antônio Geraldo deu declaração e não sugeriu nada na declaração que ele nos deu? THIAGO
 351 (FIEMG) – Eu vou te explicar porque ele não deu, porque ele é candidato a vereador na
 352 cidade. NATHALIA (OPA) – Eu queria questionar, perguntar uma sugestão para equipe da
 353 SUPRAM, que eles já propuseram algumas condicionantes para monitoramento, eu queria ver
 354 se a equipe da SUPRAM tem alguma sugestão de condicionante para monitoramento para
 355 verificar, o que vocês falaram parece que não bate. AMILTON (SUPRAM) - Nós podemos
 356 sugerir monitoramento da qualidade do ar. Agora, lá tem outras atividades, tem um depósito
 357 de areia do lado, as vias lá não são asfaltadas é em terra, tem uma fábrica de ração do lado que
 358 não é objeto desse empreendimento, tem um laticínio do lado de cá, então você entende? Tem
 359 outros, aí você vai monitorar todo mundo vai contribuir, mas eu acho que pode se fazer e ver
 360 a qualidade do ar que está naquela região e pedir que cada um que gere algum tipo de poeira
 361 faça a adequação correta para evitar problema na comunidade, porque quando a gente foi lá
 362 nós não verificamos isso que ela está falando e nós perguntamos a comunidade e não estavam
 363 sabendo. VANDA (AMEDI) – Então vamos ouvir comunidade senhora presidente. SILVIA
 364 (PRESIDENTE) – Senhores conselheiros, Vanda acho que está tendo uma confusão a
 365 SUPRAM não pode propor modificação no projeto que foi apresentado pela empresa não. A
 366 empresa apresentou um projeto com controle atmosférico a SUPRAM analisou todos os
 367 resultados apresentados pelo projetista e verificou que esse projeto está dentro dos padrões
 368 estabelecidos. O que pode ser feito é o que a conselheira Nathalia solicitou, mas isso já está



na condicionante número três do automonitoramento, a verificação da poluição atmosférica, o cumprimento dos padrões, então que a gente pode é monitorar esse empreendimento após a aprovação da licença, mas nós não podemos aqui, nesse momento, sugerir que seja implantando um filtro de manga. VANDA (AMEDI) – Uma questão de ordem, senhora presidente é que eu não terminei ainda de apresentar meu parecer, faz parte do parecer o vídeo, eu peço licença para terminar de mostrar meu parecer, eu acho que é a primeira coisa, depois a gente parte para discussão. SILVIA (PRESIDENTE) – Ficou entendido para todo mundo aqui que a senhora tinha feito sua apresentação tanto que nós passamos para o conselheiro Thiago. VANDA (AMEDI) – Não, desde o início eu estou dizendo, faz parte, inclusive está escrito no parecer o vídeo, eu disse fará parte o vídeo, porque nós vamos editar, demorou a edição para ficar bem pequenininho, para ser apresentado aqui e não tomar tanto tempo dos conselheiros. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, assim como foi feito com outros projetos anteriores, toda vez que tem a necessidade de apresentar um vídeo a gente coloca em discussão para que os conselheiros analisem se apresente ou não esse vídeo. VANA (AMEDI) – Ainda que eu diga que o vídeo faça parte do meu parecer? SILVIA (PRESIDENTE) – Nesse momento então, conselheira Vanda, a gente coloca aqui para apreciação dos senhores conselheiros. A conselheira Vanda apresenta o vídeo para esclarecer com as entrevistas da comunidade manifestando sobre o empreendimento? VANDA (AMEDI) – Um vídeo de 4 minutos. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então veremos neste momento o vídeo. Foi dado início ao vídeo. VANDA (AMEDI) Senhora presidente eu peço que retire o vídeo, e eu vou pedir que nesse exato momento passe esse vídeo para todos os conselheiros, por email, que eles tem o sistema aqui, e eu vou dizer o seguinte, a comunidade está reclamando imensamente que o problema é sério, tem crianças com problema de saúde, os senhores, muita gente já mudou de lá, pessoas às vezes mudam para o bairro e muda de lá rapidinho porque não aguenta o pó do milho, o sistema não está eficiente, ele pode vir a ser, eu não sei isso quem vai dizer é o técnico. Então o pessoal sugere o seguinte, inclusive eu queria contestar o que a técnica da empresa falou aqui, porque a própria dona dessa empresa que hoje arrenda para cooperativa, ela adota o sistema de filtragem com filtro de manga, que é uma empresa do Estado que é a CASEMG. A CASEMG usa esse tipo sim, porque ela fez uma fala aqui, para quem não conhece, vai falar que ela falou corretamente, eu contesto dizendo que essa empresa, a própria dona utiliza esse sistema. Então o que eu quero deixar aqui é o seguinte, eu fico tranquila, eu estive no empreendimento, falei com a comunidade, estou tranquila de estar fazendo aqui o meu papel de trazer para os senhores e senhoras conselheiras que o problema existe, além disso, no parecer não consta todo aquele estoque de fertilizantes que está no pátio da empresa, coberto de lona como está na foto. Ficando claro eu fico tranquila, a AMEDI aqui adiantando como no parecer o voto, nós opinamos pela aprovação do empreendimento desde que haja condicionante de um filtro a altura, e eu aqui até retiro a questão do filtro de manga conforme a fala do técnico da SUPRAM que poderia ser um outro tipo de filtro, desde que seja um filtro eficiente que tire esse peso que está tendo para essa comunidade no entorno. Do contrário, caso não haja aprovação da condicionante para que haja um filtro eficiente, o voto da AMEDI é contra o empreendimento. AMILTON (SUPRAM) – Posso fazer uma ponderação? Só na sua última fala, a respeito do depósito de fertilizantes dentro do empreendimento. Quando a gente foi lá, não tinha aqueles adubos, aqueles fertilizantes que a senhora colocou na foto lá não. Não, eu estou dizendo o seguinte, a senhora está reclamando que o parecer não está completo, está faltando informação. Eu estou dizendo para senhora que quando eu estive lá no empreendimento, não tinha depósito



415 temporário de adubo, liguei lá depois das fotos da senhora, e eles falaram que houve uma
 416 demanda crescente dos cooperados, não estava cabendo na loja agropecuária colocou lá.
 417 Aquilo lá está errado, ele não pode manter fertilizantes daquela forma que está lá, agora a
 418 forma como está não vai causar impacto ambiental e nem contaminação ambiental, agora vai
 419 causar problema na qualidade do produto. A cooperativa tem que retirar aquilo de lá, aquilo lá
 420 está errado. JOSE ROBERTO (SUPRAM) - Então a questão pode colocar a condicionante,
 421 retirar o fertilizante de imediato. A questão também que a conselheira Nathalia perguntou, a
 422 questão de solução, a SUPRAM, vou responder a conselheira, quem tem que dar a solução é o
 423 projetista, a questão que foi apresentada do direcionamento da água que a senhora falou, ela
 424 falou que era para fertirrigação, se está indo para pluvial está errado teria então que interligar
 425 a rede coletora de esgoto, Patrocínio tem uma estação de tratamento de esgoto, na época do
 426 licenciamento estava funcionando muito bem, hoje a gente não tem muito os dados lá da
 427 Prefeitura, mas é o seguinte, é uma estação muito bem projetada, se bem operada, isso os
 428 órgãos estão fiscalizando. Então a solução que a senhora perguntou seria que se tiver no
 429 parecer ou no estudo foi falado que é para fertirrigação, a senhora falou que vai para pluvial,
 430 então quer dizer não está batendo, a conselheira Nathalia falou assim: qual a solução?
 431 Interligar a rede coletora. A questão de esgoto se isso aí vai gerar. A questão de odor, outra
 432 questão, certo? Se tirar aquela palha que fica o pó que a senhora falou, que são partículas de
 433 vários tamanhos por isso tem que ter o projeto de acordo com dimensionamento das
 434 partículas. Então é o seguinte, se fica molhada e com sol isso vai fermentar e dar odor, então
 435 depende também o que? Da logística da empresa também em fazer isso, só que, nós da equipe
 436 vamos nos estudos apresentados, se não está operando corretamente, o sistema de controle
 437 não sendo trocado da maneira que foi projetado, então aí já é uma questão realmente da
 438 empresa. A questão de eficiência de sistema, engenheiro, tem soluções que são temporárias
 439 que se tornam permanentes e são eficientes, agora isso quem pode garantir realmente é o
 440 projetista. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então senhores conselheiros, só um minutinho.
 441 Então tem a sugestão de condicionante pela SUPRAM de retirar os fertilizantes, eu gostaria
 442 que vocês fizessem a redação para a gente colocar o processo em votação. Tem um
 443 conselheiro da polícia o Sgto. Augusto que gostaria de se manifestar e tem uma pessoa
 444 inscrita. Então eu gostaria de primeiro ouvir o conselheiro Augusto e depois a gente houve a
 445 empresa se houver mais alguma dúvida. CARLOS AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR DE
 446 MINAS GERAIS) – Bom dia a todos, eu estive vendo na leitura aqui, o processo lá é
 447 utilizado lenha de eucalipto, e nesse processo todo aqui está faltando constar se o
 448 empreendimento possui registro junto ao IEF para consumir a madeira. AMILTON
 449 (SUPRAM) – Está no parecer conselheiro, está até o número do registro do IEF, estão as
 450 notas fiscais anexadas ao processo que é lenha proveniente de eucalipto. CARLOS
 451 AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS) – Eu vi que está falando da nota
 452 fiscal. AMILTON (SUPRAM) – Está o número dele, e se o senhor pegar o processo o senhor
 453 vai ver lá que tem o registro. CARLOS AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR DE MINAS
 454 GERAIS) – no processo? Porque aqui não consta. AMILTON (SUPRAM) – No processo,
 455 mas aí no parecer está citado que tem o registro de consumidor de lenha junto ao IEF, tem um
 456 número aí, mas agora a questão dele estar em dia com esse documento é questão da
 457 fiscalização, ele tem que renovar ele anualmente. SILVIA (PRESIDENTE) – Sr. conselheiro
 458 está registrado na página três, informando o número do registro que é o 50035-5 emitido pelo
 459 IEF. Mas alguma dúvida sr. conselheiro? Ok, então vamos ouvir a consultora. Três minutos
 460 tá? NAZARA (CONSULTORA) - Não preciso disso. É só um esclarecimento para



conselheira Vanda, conselheira, a questão da proprietária do empreendimento da CASEMG, ela usa o filtro de manga porque a atividade dela é café também, armazenamento de café, para milho não, tá? É só um esclarecimento para ela. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então vamos chamar a Sra. Carolina Martini, cinco minutos. CAROLINA MARTINI (REPRESENTANTE DA AMBIENTE EDUCAÇÃO INTERATIVA) - Sou secretária executiva e sócia-fundadora da ONG, ajudo nos relatórios para as questões de votação que realizados pelo COPAM. Primeiro gostaria de cumprimentar a mesa, estou voltando do exterior tem poucos dias a gente aprende muito lá fora com a questão do meio ambiente, como as pessoas estão cuidando dos rios, das matas e de tudo. Eu cheguei aqui no Triângulo com uma preocupação muito grande, justamente por ver uma situação na qual o próprio Estado não assume uma responsabilidade fidedigna, não fidedigna, uma responsabilidade cabal, objetiva em relação aos empreendimentos que são licenciados, repassando essas responsabilidades para o próprio empreendedor. Tudo bem a gente tem todo um sistema que a gente tenta implementar no Brasil, mas a gente tem que rever um pouco isso, porque essas responsabilidades uma hora vão vir a tona e a gente precisa de realmente estar trabalhando em conjunto. Bom, em relação ao empreendimento da cooperativa de Patrocínio, que eu tenho a dizer que eu também participei da visita, basicamente o processo da cooperativa tem algumas falhas, alguns buracos digamos assim, em relação a legislação ambiental que eu vou expor rapidamente para não tomar muito tempo. Basicamente, as entrevistas que eu fiz não puderam ser mostradas no telão agora, mas os problemas basicamente são o pó, que tem afetado toda uma vizinhança, não são uma ou duas famílias, é toda uma vizinhança, pessoas que moram no fim da rua estão com criança com Bronquite, pessoas com sérios problemas em função disso, respiratórios, pessoas saindo das escolas, pessoas largando suas casas. Quando a gente fala de meio ambiente a gente está falando de pessoas, a gente fala de legalidade também, porque a gente está aqui para isso. Então, o problema do pó é um problema muito sério esse pó depois passa por uma aspersão e esse processo de aspersão libera uma quantidade razoável de água. Agora eu vou falar uma coisa muito séria aqui para mesa que eu acho assim, se a gente for respeitar a legislação ambiental não tem como a gente fugir que é em relação a primeira resolução 237, qualquer empreendimento impactante tem que ser fiscalizado, tem que obedecer a normativa do licenciamento, para o licenciamento ser feito. O laudo que consta no processo, ele foi feito no período que não era o período de operação do empreendimento, que ele tem o fator sazonalidade, esse laudo com data de fevereiro, que consta no próprio laudo que vocês vão ver no parecer que a AMEDI está apresentando, que esse laudo feito em fevereiro, no próprio laudo vocês vão ler aí no relatório. O próprio laudo descreve que está sendo feito essas medições que estão dentro do parâmetro, porém, essas medições foram feitas em um período que não tem como averiguar a certeza desses fatos para efeito do licenciamento que está sendo proposto. Ou seja, as medições não são satisfatórias, então elas não cumprem sequer a resolução número cinco do CONAMA, em relação a questão da administração da poluição atmosférica. Então isso já invalida por si só a questão de uma liberação de licença em conformidade com a legislação em vigor. Agora a outra questão seria os efluentes líquidos, esse processo de aspersão libera uma quantidade de líquido que está indo bem ao lado do empreendimento, esse líquido, fica a céu aberto no período de operação conforme as testemunhas ouvidas num vídeo que vai ser colecionado ao parecer que está sendo entregue pela AMEDI aos conselheiros. O terceiro fator mais importante que a gente verificou, afora a questão do pó e do efluente líquido que está gerando um desequilíbrio de população de insetos afetando famílias, inclusive com a questão da saúde, é a questão do barulho agora.



507 Isso já entra em questões muito mais complicadas por nos já sabermos que Patrocínio tem um
508 problema muito sério em relação ao uso e ocupação do solo, de modo que a gente também
509 sugere como condicionante do parecer da AMEDI, que a empresa não opere 24/24, em
510 respeito a lei do silêncio que certamente Minas Gerais opera com suas especiais
511 características. SILVIA (PRESIDENTE) – Carolina, finaliza, por favor. CAROLINA – Então
512 é isso gente, eu estive no empreendimento gostaria de estar contribuindo com essa discussão
513 no sentido de demonstrar que o laudo foi realizado num período que não era período de safra,
514 então isso realmente é muito sério, de modo que o parecer da SUPRAM, os técnicos estejam
515 baseando na questão do que está sendo apresentado pelo empreendedor, fica bastante vazia
516 em vista da legislação e do sistema nacional de meio ambiente. Obrigada. KAMILA
517 (SUPRAM) - Só para fazer um esclarecimento a respeito do laudo de ruído, para dizer que no
518 parecer está falando que a empresa deverá fazer o monitoramento e os parâmetros auferidos
519 deverão estar dentro dos limites determinado pela lei. Então para dizer que de fato tem um
520 laudo em um período, mas o que agente pede é que seja feito o monitoramento e a adequação
521 conforme a legislação. SILVIA (PRESIDENTE) – Do período maior de trabalho deles. NÃO
522 SE IDENTIFICOU – Sra. presidente, eu gostaria de fazer uma fala pequena no sentido que a
523 AMEDI é uma organização ambientalista que não se mete em questões políticas partidárias,
524 então qualquer pessoa que chegar aqui e falar que tem problema no processo, eu vou olhar
525 independente de ser candidato ou não. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira. Então
526 senhores conselheiros tem essa previsão do automonitoramento do controle dos ruídos, e esse
527 prazo está anual sugerido pela SUPRAM. Vocês concordam com esse prazo anual ou gostaria
528 que reduzisse. NÃO SE IDENTIFICOU – O que eles disseram é que começa mais firme em
529 março. Março, abril, maio e junho são os quatro meses mais importantes, mas isso se estende
530 por um período de sete meses que depois vai abrandando, e mesmo após esses sete meses de
531 trabalho, ela ainda opera em algumas ocasiões. AMILTON (SUPRAM) – Conselheira, ela
532 falou que foi feito o laudo em condições de não de pico de trânsito de veículos. Agora o
533 PPRA é relação trabalhista, mas o que eu estou querendo dizer é que não estava vindo
534 produto do campo para o armazém, mais estava saindo produto do armazém para os clientes,
535 para os associados. VANDA (AMEDI) – Pelo que eu entendi a poeira é o problema maior, é o
536 seguinte, os caminhões chegam dentro do galpão para poder despejar os grãos, e o que a
537 SUPRAM pede, e eu acho que está totalmente correto, é a questão de ficar com os portões
538 fechados para aquela poeira não sair, porque ali não tem filtro, seria só a pessoa que está
539 operando que usaria o equipamento adequado. Eles estão operando com os portões abertos,
540 então a poeira maior é quando faz a limpeza do milho, depois que ele está limpo e dentro do
541 galpão e sai de lá, aí já não tem tanto problema, o problema é realmente quando chega, como
542 o colega conselheiro disse sendo o período da safra mesmo. CARLOS VALERA (PGJ) –
543 Bom dia a todos, preciso que nós entendamos bem as instâncias que nós estamos discutindo.
544 Eu antes da reunião fui procurado pelo advogado da empresa, e essa questão já foi
545 judicializada. Existe uma ação civil pública na comarca de Patrocínio, segundo informações
546 do advogado, houve um pedido de liminar, esse pedido de liminar restou negado e na
547 tramitação da ação chegou a uma composição que a solução seria o encaminhamento para o
548 licenciamento, que é o que nós estamos aqui decidindo. Então muito bem, é preciso entender
549 Vanda, eu tentei explicar isso na reunião passada, mas eu vou voltar a esse tema. Nós aqui
550 estamos discutindo questão ambiental, questão ambiental está positivada numa premissa de
551 comando e controle, a norma prevê o padrão, o empreendedor contrata um técnico com
552 anotação de responsabilidade técnica e submete esse estudo a análise dos nossos técnicos da



553 SUPRAM. Nesse contexto e pelo que eu vi e li do processo, não há dificuldade, os padrões
 554 apresentados estão dentro, a empresa apresentou seu projeto com ART e os técnicos fizeram
 555 seu trabalho. Questões pequenas na operação, na sua diligência, já vai ser recomendado e já
 556 vai ser resolvido. Me parece, que tudo está repousando na questão do monitoramento, então
 557 eu acho que nós poderíamos avançar a discussão que já vai para mais de uma hora, no sentido
 558 de pegar mais condicionantes do monitoramento do anexo 3, e revisar as condicionantes e os
 559 prazos. Eu acho que aí nós vamos chegar a uma composição. E lembrando sempre, o
 560 problema desses empreendimentos é culpa de gestão do poder público, principalmente do
 561 poder público municipal, que autoriza distrito industrial e depois permite que os bairros vão
 562 chegando próximos a esses empreendimentos, sem respeitar as zonas de amortecimento. É um
 563 grande problema que nós temos, nós estamos licenciando os distritos industriais de Uberaba, e
 564 o DI 1 que é um caso emblemático, que é onde está localizado a Duratex, tem um condômino
 565 a portaria da empresa. Então é claro que vai ter problema, porque nós temos que respeitar essa
 566 zona de amortecimento. Bom, mas como o poder público municipal não fez seu dever, nós
 567 podemos atuar aqui na questão da mitigação, lembrado sempre que para nós na questão
 568 ambiental, impera o sistema de comando e controle. Poluição todo empreendimento possui,
 569 alias, poluição todo ser humano produz, agora é obvio que há um padrão fixado na norma. Me
 570 parece, eu já disse isso na reunião passada, que talvez a melhor solução seja buscar o direito
 571 de vizinhança, aonde eu não discuto os descumprimentos dos parâmetros ambientais, mas eu
 572 discuto o desassossego da comunidade. Então talvez seja esse o encaminhamento das pessoas
 573 que se sentem prejudicadas constituam um advogado, e vão buscar no judiciário de
 574 Patrocínio, a solução para o direito de vizinhança, porque a questão ambiental da forma que
 575 ela está posta, ela atende a legislação. NÃO SE IDENTIFICOU – Respeito à posição do nobre
 576 conselheiro, mas não posso concordar com ela, por quê? Porque em termos de instância, nós
 577 estamos em um momento onde nós temos que exigir do empreendedor que ele... CARLOS
 578 VALERA (PGJ) – Só uma parte Vanda, para ficar claro, nós só podemos exigir o que está na
 579 lei. Pronto. VANDA (AMEDI) – Não é mais do que está na lei, ou seja, a lei já fala que entre
 580 as 10 da noite e as 6 da manhã eu não posso incomodar meus vizinhos, e isso está sendo
 581 incomodado, e isso é uma coisa que o empreendimento, o momento de operação dele, isso
 582 está dentro de processo de licenciamento dele, ele vai operar que horas? Vai operar de dia, vai
 583 operar a noite, isso faz parte da operação do empreendimento. CARLO VALERA (PGJ) –
 584 Vanda, só uma parte, a lei não fala que eu não posso operar, a lei fala que eu posso operar no
 585 distrito industrial gerando no máximo 70 decibéis, em nenhum momento na lei, a lei não diz
 586 que eu não posso operar a noite, a lei diz que eu posso operar de noite desde que eu respeite o
 587 limite. No caso do distrito industrial 70 decibéis. SILVIA (PRESIDENETE) – Conselheira,
 588 em relação também a isso, tem dentro do processo declaração do município, tem um alvará de
 589 funcionamento emitido pelo município que é o responsável por definir localização. Então nós
 590 não devemos entrar nesse mérito aqui. VANDA (AMEDI) – Eu quero concluir porque eu
 591 discordo, porque nós estamos em um momento que nós detectamos um problema no
 592 empreendimento, e nós temos como mitigar esses problemas e resolver boa parte dessas
 593 questões. Se a comunidade chega e diz que o barulho noturno está acima por causa do
 594 empreendimento, isso tem a ver com a licença ambiental. Se a população chega e diz olha, o
 595 empreendimento está emitindo muito mais partículas que a lei ambiental permite, isso tem a
 596 ver com licenciamento ambiental. Então por mais que ela tenha outra instância para recorrer
 597 essas questões civis, como recorreu, então eu acho que nossa proposta aqui é ver o que a
 598 gente pode liberar para que amenize o problema dessa sociedade que está sofrendo. SILVIA



599 (PRESIDENTE) – Então conselheira, neste momento nos vamos ouvir a equipe da SUPRAM,
600 a equipe técnica vai se manifestar sobre a revisão das condicionantes do automonitoramento
601 conforme sugestão do Dr. Valera e depois disso a gente coloca o processo em votação.
602 KAMILA (SUPRAM) - Então o parecer vai constar mais duas condicionantes. A primeira:
603 “Comprovar a retirada dos fertilizantes existentes no pátio do empreendimento no prazo de 30
604 dias”. A quinta condicionante: “Instalar raivol a montante e a jusante do empreendimento
605 num prazo de seis meses”. No item 3 (três) de ruído a frequência para monitoramento vai ser
606 trimestral. A gente acresce o item 5.0 que é da qualidade do ar. JOSE ROBERTO (SUPRAM)
607 - Item 5 – Qualidade do ar: “Enviar relatório técnico conclusivo a SUPRAM TMAP até dia
608 20 do mês subsequente com ART do responsável pela emissão do relatório, com parâmetro de
609 PTS (Partículas Totais e Suspensão). SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então podemos colocar
610 em votação? JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Conforme CONAMA 03/90. NÃO SE
611 IDENTIFICOU – Eu quero fazer uma retificação no parecer, que a condicionante eu não
612 quero denominar o filtro ta? Eu não quero denominar o filtro, então na condicionante que a
613 AMEDI propõe, é que tenha um sistema de filtragem eficiente. SILVIA (PRESIDENTE) –
614 Conselheira Vanda, então remete a mesma condicionante da SUPRAM que é do
615 automonitoramento, porque quando ele faz o automonitoramento, ele tem como provar a sua
616 eficiência. Mas então a gente coloca em votação o parecer da SUPRAM com essas alterações
617 e a inclusão dessas duas condicionantes e votamos a condicionante da conselheira, ok? Então
618 neste momento em votação o parecer da SUPRAM com as modificações apresentadas pela
619 Kamila e pelo José Roberto. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer
620 permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. VANDA (AMEDI) – Contra. Então
621 parecer aprovado, com voto contra da conselheira Vanda (AMEDI). Neste momento nós
622 colocamos em votação a condicionante da conselheira Vanda. Os senhores conselheiros que
623 concordarem permaneçam como estão ou manifeste voto contrário a condicionante. THIAGO
624 (FIEMG) - Voto contra, porque a condicionante que já está dentro do automonitoramento
625 torna-se vazia. CARLOS VALERA (PGJ) – Assim, só para esclarecer Vanda, já há o sistema
626 de filtragem e a SUPRAM, baseada em estudos técnicos diz que esse sistema é eficiente. Nós
627 melhoramos o automonitoramento, então assim nesse caso específico, eu acho que a
628 condicionante não deve prevalecer e eu também voto contra. PATRICIA (SETOP) – Voto
629 contra, também considerando desnecessário já que no parecer está contemplando essa
630 questão. DORA (PN3) – Voto contra, por também achar desnecessário. RAQUEL ROCHA
631 (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA) – Voto contra. NATAL (CEFET) – Contra pelos
632 motivos já apresentados. SGTO. AUGUSTO (POLICIA MILITAR) – Voto contra também.
633 ELAINE (FAEMG) – Voto contra, pelos mesmas razões já apresentadas por constar no
634 automonitoramento. REGINALDO (UFU) – Voto contra também, que já foi colocado
635 também no automonitoramento. SILVIA (PRESIDENTE) – Então a condicionante não foi
636 aprovada, e permanece as condicionantes sugeridas pela SUPRAM no parecer. SILVIA
637 (PRESIDENTE) – Vamos colocar em discussão o item 6.1 – Petra Energia S.A – com
638 destaque para conselheira Vanda (AMEDI), posteriormente para Nathalia (OPA) e para o
639 sargento da polícia. SGTO AUGUSTO (POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS) – Eu
640 retiro o destaque. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, retirado o destaque então. NÃO SE
641 IDENTIFICOU – Eu me lembro que tinha um representante de minerado do COPAM, parece
642 que alguém do DNPM. SILVIA (PRESIDENTE) – É o conselheiro José Carlos (DNPM), mas
643 ele não está presente no momento. NÃO SE IDENTIFICOU – Que pena, porque ele seria
644 importante num momento desse. Eu pedi também a palavra pelo seguinte, enquanto



645 conselheira eu tento entender um pouquinho de cada questão. Essa questão de perfuração de
646 poços, eu tenho um ex-marido que é engenheiro de petróleo, e realmente causa muitas
647 confusões essas perfurações, principalmente pelo seguinte, quando eu vou fazer uma
648 perfuração é uma coisa, quando eu vou fazer mais de uma a coisa muda muito. Então uma
649 coisa que eu senti falta neste estudo, por exemplo, vai fazer um teste, suponhamos que este
650 teste não de em nada, quantos testes essa empresa vai fazer para ela desistir, ou se fizer um
651 teste e der certo quantos poços ela vai perfurar? Qual é o estudo que foi feito para ela me
652 dizer, se der certo eu vou perfurar 10, 15 ou 20 poços. Então como que a gente aprova um
653 empreendimento de perfuração, que é uma perfuração significativa, perfuração de gás, sem ter
654 essa informação. Eu confesso que eu estou insegura e gostaria de ouvir o dono da empresa, os
655 técnicos que elaboraram o relatório, e também a qualificação desses técnicos. Porque agente
656 sabe que tem técnicos na SUPRAM que uns tem uma formação X outros tem uma formação
657 Y, que para fazer esse tipo de trabalho no meu pensamento exigiria um conhecimento bem
658 mais apurado nesse quesito. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, eu gostaria de
659 pedir para senhora que quando a senhora for se manifestar, que a senhora se identificasse
660 porque se não no momento de fazer a transcrição da ata fica complicado. VANDA (AMEDI)
661 – Eu peço desculpas, e aqui até dou uma sugestão, ao invés do conselheiro falar Vanda
662 (AMEDI), a própria presidente falar com palavra conselheira Vanda, com palavra conselheiro
663 fulano, com palavra conselheiro sicrano, porque assim ficaria mais fácil, eu esqueço, eu peço
664 desculpas, mas eu esqueço, entendeu? Me lembra então por favor. SILVIA (PRESIDENTE) –
665 Ok, conselheiro. Nathalia (OPA). NATHALIA (OPA) – Bom eu queria pedir, que no
666 momento que for relatar o PCA, os programas propostos pelo PCA, relatar mais as ações tipo,
667 programa de recursos hídricos, quais são as ações que a empresa vai fazer? Porque a gente
668 pode propor alguma coisa que já está no documento. Segunda coisa que eu queria verificar a
669 viabilidade com a equipe da SUPRAM, é a instalação de um Piezômetro, 30 dias antes do
670 início das atividades para o monitoramento da qualidade da água, visto que já foi colocado no
671 parecer a possibilidade de contaminação dessa água. E também a questão do nível freático.
672 SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento senhores conselheiros, para que a
673 gente possa ouvir a equipe da SUPRAM uma única vez? Então, equipe da SUPRAM.
674 ANDERSON (SUPRAM) – Primeiro a conselheira Vanda, com relação a quantidade de
675 poços perfurados. Cada poço perfurado conforme a DN74, é um processo de licenciamento,
676 então independente se for a 10 ou 15, vão ser 10 ou 15 processos de licenciamentos
677 separados. Não infringe nada a legislação. VANDA (AMEDI) - Eu sei e isso está até no
678 parecer, está bem claro no parecer, só que, como eu vou pensar em uma região com 10, 15, 20
679 poços, o quê que isso vai acontecer para região? Qual prejuízo isso vai trazer? Porque um só
680 trás um determinado prejuízo, essa avaliação ainda, é uma coisa que eu digo o seguinte, ainda
681 que seja análises individuais, eu tenho que visualizar o todo, essa empresa X está neste
682 momento nesta localidade, com a intenção de perfurar tantos poços. Esse aqui é do poço
683 número um, então em razão do motivo que ela vai perfurar tantos poços, nós já temos que
684 ficar atentos porque o impacto vai ser diferente do que se fosse para um só. ANDERSON
685 (SUPRAM) – Não tem como a empresa definir isto, o representante do empreendedor está aí,
686 porque ainda eles estão fazendo estudos sismológicos para verificar a perfuração de poços,
687 então não está definido isso, eles estão fazendo estudos até hoje. SILVIA (PRESIDENTE) –
688 Já que ainda existe dúvida da conselheira, vamos ouvir o representante da empresa.
689 FRANKLIN (Representante da empresa Petra) – Bom dia a todos. Conselheira Vanda, sua
690 dúvida é plausível, uma vez que a gente vai ter que fazer dois processos de licenciamento. A



691 principio não tem como te responder quantos poços vão ser perfurados se eu não perfurar o
 692 primeiro, a partir deste eu vou fazer um estudo de viabilidade no campo conhecendo a
 693 geologia que não é conhecida, conhecendo a quantidade de gás que esse poço vai me dar , e
 694 os testes que nós vamos executar. Passado esse primeiro poço, a gente volta na área com
 695 estudo sísmico já foi feito anteriormente, volta com estudo de sísmico na região, que é a
 696 geofísica que vai nos definir aonde vamos furar mais um poço próximo a este, caso ele seja
 697 viável. A gente vai encontrar uma área, perfurar mais um poço, e tentar definir a partir desse
 698 poço a quantidade de gás que temos na região. Se houver necessidade de outro poço, o
 699 reservatório ainda não está definido, a gente vem com licenciamento e fura outro, claro que a
 700 gente vai avaliando todo impacto na região. Definiu o campo de gás, a nosso campo e de gás
 701 está a tanto quilômetros, metro quadrados, então agora nós vamos fazer o que? Fazer a
 702 exploração do gás. Quantos poços nós vamos precisar perfurar para esse gás? A nós vamos
 703 precisar de mais 50 poços, vamos supor, é muito, vamos supor 10 poços, então entra com
 704 processo de licenciamento passível de EIA/RIMA. Então a gente vai fazer um EIA/RIMA,
 705 todos os levantamentos possíveis, tudo que for necessário pré-balcão com a equipe técnica da
 706 SUPRAM e definir tudo que tem que ser feito, ai sim, passar os impactos como um todo do
 707 empreendimento, juntamente com empreendimento que a gente vá provavelmente instalar,
 708 por exemplo; fabricação de amônia, o que o gás for viável utilizar. VANDA (AMEDI) –
 709 Obrigada. Eu queria perguntar aos técnicos da SUPRAM, se a gente colocasse uma
 710 condicionante de tal forma que o próximo poço, já fosse feito na análise integrado ao
 711 primeiro, se tivesse um terceiro que fosse integrado ao primeiro e ao segundo. Se seria
 712 possível a gente fazer dessa forma, para que quando tivesse nos próximos poços, a gente ver o
 713 impacto que isso vai dando. Porque pelo que ele falou, esses estudos, eles podem demorar, se
 714 demorar muito, até chegar ao ponto de ter que ter um EIA\RIMA, e esses impactos não foram
 715 pensados, já se furou o segundo, o terceiro. É um questionamento, é uma dúvida que eu peço
 716 ajuda dos colegas conselheiros, pois afinal de contas a gente está aqui para ajudar um ao
 717 outro, se a gente ficar por conta de as vezes negar uma idéia ou apoiar uma ideia a gente
 718 contribui pouco no processo. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, eu vou sugerir também
 719 a equipe da SUPRAM que no caso da conselheira Vanda, que vocês façam contato com ela
 720 previamente as reuniões do COPAM, pois, caso ela estiver dúvidas vocês possam esclarecer
 721 algumas dúvidas antes, para a gente não estar trazendo todas essas discussões para reunião.
 722 Porque são dúvidas só dela, então eu acho que seria interessante dar esse apoio para ela, pois
 723 nós, enquanto órgão ambiental, temos que dar apoio técnico administrativo e jurídico aos
 724 conselheiros. ANDERSON (SUPRAM) - Nós estamos sempre de portas abertas aos
 725 conselheiros. Tem conselheiro que já toma essa atitude e nos procura antes, as duvidas que a
 726 Nathalia tem ela sempre encaminha para a gente por e-mail antes, e a gente está sempre aberto
 727 a discutir isso ai a qualquer momento. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, muito obrigada
 728 Anderson. Esclarecidas todas suas dúvidas, conselheira Vanda? VANDA (AMEDI) – Bom,
 729 até o momento sim, e eu queria que os colegas, principalmente o representante do Ministério
 730 Público, pudesse fazer uma fala nesse sentido e o representante da OPA também, eu gostaria
 731 de ouvir. CARLOS VALERA (PGJ) – Vanda, é simples para entender, o que eles estão
 732 fazendo agora é a prospecção, tem um procedimento previsto na DN. No segundo momento,
 733 na exploração, a prospecção, vou usar uma linguagem do minério, cria-se a poligonal de
 734 exploração, ai o licenciamento é integrado, é amarrado isso na legislação. Então, pode ficar
 735 despreocupada, que a prevenção e a precaução estão presentes nessa situação, tanto é que
 736 você observa que esse empreendimento classe três, e eventualmente quando vai fazer



737 exploração isso pula para um seis ou cinco, aí é sujeito a EIA\RIMA e toda aquela área de
 738 influência direta e influência indireta é avaliada. VANDA (AMEDI) – Ainda pergunto para o
 739 representante do empreendedor porque trata-se de um arrendamento de um pedaço de terra.
 740 Então, no parecer da SUPRAM, eles cobraram isso e realmente a empresa está assumindo a
 741 responsabilidade, com relação ao reflorestamento, recomposição do poço, fechamento aquilo
 742 tudo. Então eu só queria, para que ficasse gravado no áudio, porque isso todo mundo sabe não
 743 é uma dúvida, é que realmente no contrato de arrendamento nada foi colocado como
 744 responsabilidade do proprietário da terra. Porque nós sabemos na nossa legislação, que o
 745 proprietário é co-responsável por tudo que ocorre. Então só para que ficasse isso nos nossos
 746 áudios, que realmente a responsabilidade está sendo toda assumida pela empresa, e nada foi
 747 fechado ao contrário com o proprietário da terra. FRANKLIN (Representante Petra) – Muito
 748 pelo contrário, o proprietário da terra varias vezes nem busca o site, nem corre atrás do
 749 parecer, a gente explica para ele o que está sendo feito, como que é o processo de
 750 regularização, mostra para ele as condicionantes, e explica para ele que a gente tem que cercar
 751 a reserva legal, que a gente tem que executar um PTRF com plantio e com reconstituição
 752 natural. Outra coisa, a gente tem procurado na medida do possível, propriedades sem reserva
 753 legal para a gente averbar, nomeada a mudança do código florestal, são varias propriedades,
 754 eu estou aqui em Uberlândia para poder correr atrás de assinatura e reconhecimento de firma
 755 em cartório, para poder averbar as reservas que a gente já vem trabalhando a averbação das
 756 propriedades. VANDA (AMEDI) - Responsabilidade de averbação é da empresa?
 757 FRANKLIN (Representante Petra) – Responsabilidade de reserva e do que está no parecer
 758 sim. VANDA (AMEDI) – Recomposição, tudo com parecer. Obrigada. SILVIA
 759 (PRESIDENTE) – Então podemos colocar em votação o parecer da Supram? FRANKLIN
 760 (Representante Petra) – Eu posso responder? Nathalia é o seguinte, a questão do aquífero não
 761 é? Sua preocupação é com o aquífero. Então, o aquífero a gente atinge ele aí uma
 762 profundidade máxima 200 metros, 100 metros, depende da geologia da região. Faz-se uma
 763 perfuração com uma sonda menor, não há sonda definitiva que vai atingir a profundidade
 764 máxima de 4 mil metros, então a gente faz uma sonda menor, passa o aquífero e faz a
 765 cimentação desse aquífero, faz a cimentação do poço, não do aquífero, desculpa, faz a
 766 cimentação do poço com revestimento metálico e faz a cimentação anular no espaço entre o
 767 metal e a parede do poço. Então a gente cimenta a possibilidade da água entrar, para dentro do
 768 poço, mesmo porque se a gente tiver água dentro do poço a gente pode causar um problema
 769 muito grande, que é a alteração do nosso fluido de perfuração, que ele é primordial para que
 770 não tenha um problema maior de segurança na área caso constate o gás. Então se a gente
 771 instalar um poço de monitoramento, e a mesma coisa de a gente instalar um poço de
 772 monitoramento por um poço tubular de água comum que qualquer pessoa utiliza hoje na
 773 região que é outorgado diariamente. A gente vai fazer um poço para constatar o que tem na
 774 região e depois a gente vai fazer novamente a análise para constatar o que tem na região.
 775 Então é um ônus a mais para a empresa, eu peço aqui encarecidamente para não colocar essa
 776 condicionante, porque não tem finalidade nenhuma a gente fazer essa análise da água lá.
 777 Mesmo porque se o nosso fluido de perfuração inicial, que é o que vai ter contato com
 778 aquífero, base de água entrar em contato com a água não vai ter tempo nem de ter uma pluma
 779 de contaminação para a gente localizar ele, porque a transmissividade no meio subterrâneo é
 780 lenta. NATHALIA (OPA) – Então teria como fazer essa análise pelo poço já aberto, desculpa,
 781 no caso não vai ter como porque não vai ter contato com a água. FRANKLIN (Representante
 782 Petra) – Não da, porque a gente vai ter um contato da água com fluido, e a gente tem que



783 cimentar rápido, a cimentação é rápida porque o cimento tem um aditivo de cimentação.
 784 NATHALIA (OPA) – Eu entendo sua justificativa Franklin, mais eu mantenho a minha
 785 condicionante, visto que no parecer relata uma série de impossíveis impactos para essa
 786 perfuração, eu entendo que a Petra apresentou nos projetos todos os possíveis cuidados para
 787 que não haja essa contaminação com a cimentação, coloca uma estrutura de aço, se não estou
 788 enganada, tem todos esses cuidados. Mas eu acredito que mesmo assim, se possível inserir
 789 essa condicionante para a gente poder estar monitorando se esses possíveis impactos
 790 realmente não foram ocorridos. ANDERSON (SUPRAM) – Só lembrando, se você instalar
 791 dois piezômetros, está abrindo mais dois canais que poderão contaminar o lençol, mais dois
 792 canais no aquífero. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Nathalia. NATHALIA (OPA) –
 793 Bom, então eu queria então perguntar a SUPRAM: Vocês acham que seria mais prejudicial a
 794 instalação do piezômetro para esse monitoramento? ANDERSON (SUPRAM) - A opinião da
 795 equipe técnica é mais prejudicial ao meio ambiente, você perfurar dois poços para monitorar
 796 um poço. NATHALIA (OPA) – Ok, então eu vou retirar minha condicionante com base nos
 797 argumentos apresentados pela equipe da SUPRAM. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então
 798 neste momento colocamos em votação o processo Petra Energia S.A, os senhores conselheiros
 799 que concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifeste voto
 800 contrário. Processo aprovado. Em discussão o item 6.2 - Carlos Alberto Peloi, com destaque
 801 para conselheira Vanda (AMEDI), Nathalia (OPA) e Sgto. Augusto (Polícia Militar).
 802 Senhores conselheiros, eu gostaria de fazer um pedido, que cada conselheiro faça a
 803 explanação de todos seus questionamentos para depois a gente ouvir a equipe de uma única
 804 vez, para a gente tentar agilizar, porque nós já estamos delongando demais nas discussões.
 805 NATHALIA (OPA) – É só sugerir na condicionante um, para colocar como monitoramento
 806 de resíduos sólidos, adotar o modelo de planilha de monitoramento de resíduos sólidos,
 807 modelo da SUPRAM, só acrescentar esse dado. SGTO. AUGUSTO (POLICIA MILITAR) –
 808 Inicialmente diz que o acesso ao empreendimento é pela BR 365 quilometro 32 mais 700
 809 metros. Eu posso falar com certeza sem conhecer o local que este endereço está errado, o Km
 810 zero dessa rodovia é em Montes Claros, então eu só queria que fosse corrigido esse endereço,
 811 e se possível coloque também o trecho, Uberlândia \ Prata, Uberlândia \ Patrocínio,
 812 Uberlândia\ Ituiutaba. Porque Rio das Pedras é o nome de um córrego e ao lado dele tem
 813 várias fazendas Rio da Pedra. Obrigado. VANDA (AMEDI) – Me sinto contemplada.
 814 SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento senhores conselheiros? Equipe da
 815 SUPRAM então. AMILTON (SUPRAM) – Concordo com o pedido da Nathalia. Sgto eu não
 816 conheço a rodovia se está errado vamos arrumar, e aqui sentido Uberlândia\Ituiutaba, bem
 817 próximo a Uberlândia, tem um negocio de pamonha ali do lado esquerdo, indo daqui para
 818 Ituiutaba, é naquele lugar. Uns 15, 20 Km entra a esquerda, mas eu realmente não entendo de
 819 rodovia, eu tirei esse dado do estudo que foi apresentado e possivelmente está errado e a gente
 820 vai retificar. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, em votação este momento parecer da SUPRAM,
 821 com alteração do anexo 2 conforme sugestão da conselheira Nathalia. KAMILA (SUPRAM)
 822 – Amilton, a conselheira Nathalia sugeriu que na questão do monitoramento de resíduos
 823 sólidos fosse adotado o quadro, que a gente sempre tem no anexo 3 de monitoramento. Esse
 824 processo é L.P e L.I tem algum problema? AMILTON (SUPRAM) – Não tem nenhum
 825 prejuízo, pode utilizar porque o quadro é completo, tem onde é gerado, a quantidade, para
 826 onde ele vai, e o nome da empresa com CNPJ que está recebendo. Então senhores
 827 conselheiros, em votação o parecer da SUPRAM com alteração do automonitoramento para
 828 inclusão do anexo 3 conforme sugestão da conselheira Nathalia. Os senhores conselheiros que

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

829 concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. Parecer
830 aprovado. Em discussão o item 7.1 – Curtume Boa Vista Ltda, com destaque para o
831 Ministério Público, Polícia Militar e Amedi. VANDA (AMEDI) – Bom, esse processo
832 realmente é bastante preocupante porque em Carmo do Paranaíba não tem estação de
833 tratamento, então eu acho que nos temos que ficar bem atento com essa questão. Uma coisa
834 que eu achei seríssima, porque vai ter cromo, acho que tem cromo, posso estar equivocada
835 mas se tem resíduo de cromo quem vai tratar isso, porque me parece que isso vai para o
836 sistema de tratamento, se não tem sistema de tratamento como que fica? Então são questões
837 que me preocuparam bastante. No parecer da SUPRAM, fala da compensação, fala isso no
838 item 7 e 8 mas não fala aonde está essa área de compensação, eu também não sei onde está
839 essa área, ficou faltando no parecer. Por exemplo, a gente sofre aqui em Uberlândia, as vezes,
840 com a Sadia, a gente sabe que empreendimentos dessa natureza nós temos que preocupar
841 bastante com estudos dos ventos, para ver como isso vai atingir e isso também não foi
842 mencionado também no parecer da SUPRAM nos estudos de direções dos ventos. Isso está na
843 zona do município de Carmo do Paranaíba, tem a questão da lenha eu não sei se eu passei
844 batido ou se realmente não foi abordado no parecer, e eu anotei aqui certificado de registro de
845 consumidor, que seria a questão do consumidor da lenha. São coisas que eu não vi no
846 processo, a minha sugestão para esse processo, eu tenho duas sugestões: A primeira sugestão,
847 como são muitos problemas, se esse processo pudesse ser tirado de pauta para que a
848 SUPRAM pudesse fazer essas complementações com mais carinho, tentar buscar esses dados
849 para voltar na pauta seguinte. Esse é o primeiro ponto. CAMILA (SUPRAM) – Conselheira
850 Vanda, da medida compensatória para intervenção em APP, está escrito no parecer na página
851 sete, que vai ser dentro da área e de preferência contígua a APP, área de compensação. Sobre
852 o tratamento de efluente líquido, Carmo do Paranaíba está em construção de uma estação de
853 tratamento de esgoto, ainda não tem realmente. Esse empreendimento, já encontra-se em
854 operação com curtimento tanino vegetal, desde, deixa eu ver se eu tenho a data aqui, ele tem
855 uma AAF para essa atividade desde 2006 que foi emitida a AAF, e agora nós estamos fazendo
856 uma L.P mais L.I para implantação do curtimento ao cromo. A estação de tratamento de
857 efluentes já foi dimensionada para tratar os dois tipos de efluentes com tanino e com cromo,
858 sendo duas linhas separadas conforme descrito no parecer técnico na página 9 e 10. O
859 tratamento é um tratamento correto com lodos ativos, para tratar o efluente contaminado com
860 cromo, a eficiência do tratamento agente só poderá constatar após a execução da atividade,
861 mas conforme a ART apresentada, garante a eficiência do tratamento. JOSE ROBERTO
862 (SUPRAM) – Conselheira Vanda, em relação, eu até já conversei com conselheiro Natal
863 anteriormente a respeito de efluente. O sistema de tratamento que está descrito e o comumente
864 utilizado para curtume, então a questão da eficiência, segundo o projeto ele garante eficiência,
865 então não está dependendo da ETE do Carmo do Paranaíba. A questão é o que a senhora falou
866 até no outro processo, ele vai lançar na rede de esgoto por quê? Não vai lançar em rede
867 pluvial direto ao curso d'água, mas sim ele vai passar por outro tratamento, ele vai cumprir a
868 resolução CONAMA 357/2005 e também a DN 0108/2008, por quê? Segundo o projeto
869 apresentado e as eficiências que ele propõe para o futuro, na L.O que nós vamos ter todos os
870 parâmetros listados e que ele tem que atender. Então vai existir sim o tratamento, esse
871 processo é uma L.P mais L.I de ampliação. CAMILA (SUPRAM) – E sobre o odor que você
872 questionou também, a gente fez duas vistorias no local e não foi constatado odor em torno do
873 empreendimento, somente em loco, e como está em operação desde 2006, segundo o
874 empreendedor não teve reclamação de vizinhança, tem o alvará da prefeitura. SILVIA



875 (PRESIDENTE) – Camila, com relação a lenha tem registro? CAMILA (SUPRAM) – Tem
 876 registro de consumidor de lenha que é retirado anualmente. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,
 877 obrigada. Conselheira Vanda, para a gente baixar um processo em diligencia, seria o caso de
 878 processos que não houvesse esclarecimentos de dúvidas levantadas dentro desse conselho,
 879 então pelo que a equipe da Supram se manifestou, todas as informações foram respondidas.
 880 Então a gente vai ouvir os demais conselheiros, para saber se existe ainda alguma duvida e se
 881 essas dúvidas não forem sanadas, eu enquanto presidente posso baixar o processo em
 882 diligencia. Ok? VANDA (AMEDI) – Eu tenho algumas complementações a fazer, mas vou
 883 fazer no final, pois pode ser que eu seja contemplada na fala deles e não precise falar, se não,
 884 eu falo depois porque eu ainda não estou completamente satisfeita. SGTO. AUGUSTO
 885 (POLICIA MILITAR) – Senhora presidente, só por uma questão de formalidade, eu gostaria
 886 de sugerir que fosse colocado em todo parecer que consuma lenha, o número do registro com
 887 vencimento, porque não basta estar registrado, ele tem que estar atualizado também.
 888 Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Sugestão, acho que bem vinda, a equipe da Supram irá
 889 aceitar sim Sgto. Augusto, agora eu gostaria só de atualizar que colocassem não a data de
 890 vencimento, porque ele vence 31 de dezembro de todos os anos, acho que tem que colocar se
 891 ele está atualizado. CARLOS VALERA (PGJ) – Bom, primeiro saber se o empreendimento
 892 tem frota de veículos movidos a óleo diesel. CAMILA (SUPRAM) – Ele tem um caminhão
 893 pipa que é frota própria, e o resto das frotas são terceirizadas. CARLOS VALERA (PGJ) –
 894 Então tem que sugerir a inclusão do automonitoramento da portaria Ibama 85/96, se houver
 895 concordância da equipe técnica. CAMILA (SUPRAM) – A equipe está de acordo. CARLOS
 896 VALERA (PGJ) – Ótimo. Questão da lenha também, só sair como uma recomendação, isso já
 897 é uma praxe do nosso conselho, que o empreendedor se valha de madeira de reflorestamento,
 898 como recomendação. CAMILA (SUPRAM) – Está ok, inclusive o empreendedor apresentou
 899 nota fiscal de lenha de eucalipto. CARLOS VALERA (PGJ) – Ok, obrigado. VANDA
 900 (AMEDI) – Bom, nesse caso ainda não está bem claro para mim porque se o empreendimento
 901 está operando e ainda não tem esse tratamento. Eu queria saber o seguinte, não ficou claro
 902 para mim como está sendo tratado esse efluente que tem resíduo de cromo, e se a estação de
 903 tratamento que vai receber não teria que dar, lógico não está pronto ainda não teria como
 904 receber isso... SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, essa licença é uma L.P, L.I ela ainda
 905 não está utilizando cromo. Hoje o que está funcionando com a AAF, é o curtimento com
 906 tanino vegetal. VANDA (AMEDI) – Então a gente não vai aprovar aqui? SILVIA
 907 (PRESIDENTE) – Não conselheira, nós estamos discutindo aqui um processo de ampliação
 908 L.P, L.I, ele ainda não instalou o empreendimento, ele só poderá instalar a ampliação após a
 909 concessão nesse conselho. VANDA (AMEDI) – Então não ficou claro para mim a questão...
 910 eu vou pedir vista senhora presidente, eu peço vista do processo ou então baixamos em
 911 diligencia para que faça uma complementação dessa questão do tratamento, a questão para
 912 ficar bem claro para mim dos resíduos de cromo, porque isso me deixa na dúvida. Então
 913 talvez eu pudesse contribuir com alguma coisa buscando mais informações para ajudar
 914 inclusive nesse processo. CAMILA (SUPRAM) – Conselheira Vanda, esse empreendimento
 915 tem uma AAF para operar com curtimento do couro tanino vegetal. Essa AAF já está
 916 concedida, o empreendimento já está em funcionamento curtindo o couro com tanino vegetal.
 917 Ele entrou com solicitação na Supram para ampliar a atividade e iniciar o curtimento também
 918 com cromo, ele não usa cromo ainda. A gente está concedendo uma L.P mais L.I, ou seja, a
 919 gente está autorizando ele a instalar edificações e equipamentos para começar o curtimento
 920 com o cromo, posteriormente ele vai entrar com uma L.O para a gente autorizar o curtimento



921 com o cromo. Então o que ele me apresentou? Quando ele fez o empreendimento ele já
922 construiu uma estação de tratamento de efluente prevendo o curtimento com cromo, então a
923 estação de tratamento dele tem duas linhas, uma para tratar o cromo, e uma para tratar o
924 tanino vegetal. O tratamento do tanino vegetal já ocorre porque ele opera com uma AAF
925 concedida em 2006, e essa estação de tratamento ele apresentou para a gente todas as etapas e
926 uma ART junto me falando que ela é capaz de tratar o efluente contaminado com o cromo.
927 Agora, agente só vai conceder a licença prévia, concomitante com a licença de instalação para
928 ele ampliar a atividade, mas ele não vai iniciar o curtimento do cromo, só após a L.O ser
929 votada no COPAM. VANDA (AMEDI) – Se ele tem... o empreendedor está aí? Eu vou fazer
930 a pergunta para você depois para o empreendedor. Se ele tem a capacidade de tratar o cromo
931 porque foi citada aqui a questão da estação de tratamento de esgoto de Carmo do Paranaíba
932 que ainda está em construção, eu sinceramente fiquei na dúvida. CAMILA (SUPRAM) – Ele
933 faz tratamento, tanto da tanino, e do cromo posteriormente ele vai fazer e no final da estação
934 ao invés dele lançar em um corpo hídrico ele vai lançar na rede de esgoto da cidade, que no
935 caso a COPASA é responsável. Então ele vai ligar na rede do COPASA ...VANDA (AMEDI)
936 - Se a COPASA é a responsável, a COPASA não teria que dar um parecer dela dizendo: eu
937 vou receber um material, eu me responsabilizo por receber o material que está contaminado
938 com cromo. CAMILA (SUPRAM) - A COPASA na verdade, não tinha ligação da COPASA
939 nesse empreendimento, apesar dele ser dentro da área urbana, ele não tinha rede ligada na
940 Copasa nem com efluentes sanitários, tanto é que ele tem foca séptica instalada. A Copasa
941 deu uma declaração solicitando que a vazão que o empreendimento irá produzir ela não
942 consegue receber, então ela solicitou um projeto, o empreendedor fez o projeto, apresentou
943 para Copasa e a Copasa aprovou. O empreendedor está arcando com os custos de ligação da
944 rede dele na Copasa, a Copasa aprovou. Na L.O a gente já discutiu isso na Supram, na L.O a
945 gente vai solicitar uma declaração da Copasa, descrevendo que ela vai aceitar o efluente
946 contaminado com cromo. JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Vanda, por favor,
947 existe uma lei, uma resolução Conama e uma DN 008, ele tem que atender, então
948 contaminado com cromo é uma palavra meio assim, ele tem que atender para lançamento, se
949 ele obedece o lançamento tem que mudar a DN. Ele não está contaminado dentro da
950 legislação, não é contaminação. VANDA (AMEDI) - Com todo respeito a equipe da Supram,
951 eu acho assim que é um trabalho muito bacana, mas como eu continuo ainda com certo
952 desconforto eu vou pedir vista. ANDERSON (SUPRAM) – Só um comentário. Pelo que eu
953 entendi o pedido de vista é devido a presença do cromo, então seria passível de quase todo
954 curtume ter pedido de vista por ter cromo no seu tratamento né? SILVIA (PRESIDENTE) –
955 Anderson, mas é uma prerrogativa do conselheiro, ela pediu vista delongamos demais na
956 discussão para ser solicitado vista, mas é um direito da conselheira. Então vista no item 7.1
957 ok? THIAGO (FIEMG) – Eu quero fazer o pedido de vista conjunta. SILVIA
958 (PRESIDENTE) – Vistas concedidas a conselheira Vanda (AMEDI) e ao conselheiro Thiago
959 (FIEMG), ao item 7.1 – Curtume Boa Vista Ltda. VANDA (AMEDI) – Eu gostaria de receber
960 o processo físico. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok. Conselheira Vanda, o prazo é
961 compartilhado, então tem que ser dividido o processo por um tempo para você e para outro
962 tempo para Fiemg. VANDA (AMEDI) – Vamos fazer da mesma forma que nos fizemos dessa
963 vez, dessa vez eu fiquei com o arquivo eu não tive acesso ao processo físico, mas assim eu
964 comprometo que assim que eu terminar o parecer eu já passo para Fiemg. THIAGO (FIEMG)
965 – Eu até aceito as cópias digitais, mas eu quero ter acesso também ao processo, por favor.
966 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, vou pedir aos conselheiros que atentam para o prazo de



967 entrega do relatório, para que possa ser apreciado tanto pela equipe técnica da Supram, para
968 trazer esclarecimentos se for o caso, e para os demais conselheiros, ok? VANDA (AMEDI) –
969 Pode ter certeza que eu vou querer contar com a equipe da Supram que está aí sempre
970 disponível para nos esclarecer. SILVIA (PRESIDENTE) – Então em discussão o item 8.1 -
971 Gerdau Aços Longos S.A, destaque para conselheira Vanda (Amedi). VANDA (AMEDI) –
972 Eu peço desculpas que eu não estou aqui com parecer, as folhas três, a condicionante dois, eu
973 queria saber que ela trata de quais modificações, eu vou ler aqui, aqui deixa eu olhar aqui
974 folha três. Bom aqui está condicionante dois: “Comunicar previamente a Supram a respeito de
975 qualquer modificação nos equipamentos, e nos processos a serem realizados no
976 empreendimento”. Então quando no parecer está escrito assim: “condicionante cumprida”, aí
977 eu queria tentar visualizar porque uma coisa é estar daquela forma o empreendimento, aí
978 tiveram modificações, que modificações foram essas? Para título de esclarecimento. O outro
979 item que é a condicionante de número três, que diz o seguinte: “Relatar a Supram, todos os
980 fatos ocorridos na área do empreendimento que cause impacto ambiental negativo
981 imediatamente a constatação”. Quando fala condicionante cumprida, eu queria saber o
982 seguinte, o quê que foi detectado lá de impacto negativo que foi comunicado a Supram?
983 SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, mais algum questionamento para que a
984 equipe possa responder de uma única vez. VANDA (AMEDI) – Nesse processo até o
985 momento são só esses questionamentos, pode ser que algum conselheiro faça intervenção e
986 surja mais dúvidas, mas por enquanto é só isso. SILVIA (PRESIDENTE) – Mas o destaque é
987 só da senhora. CAMILA (SUPRAM) – Quando a gente coloca condicionante cumprida nesses
988 casos, acontece que não houve nenhum impacto negativo, ou seja, foi uma condicionante
989 cumprida, pois não houve a necessidade de relatar. Seria uma condicionante descumprida se
990 acontecesse algum impacto negativo na área, ou uma modificação no projeto, como a
991 condicionante dois fala, e a empresa não relatasse a Supram. VANDA (AMEDI) – Acredito
992 que para não gerar outras dúvidas, então quando não tiver descrever “até o momento a
993 empresa relatou que não houve nenhum impacto negativo” ou “não houve nenhuma
994 alteração”, só para a hora que a gente estiver lendo, porque eu sei como é isso, quem faz como
995 já tem conhecimento do processo todo, acha que está completo. Depois que eu fui ler o
996 parecer que eu fiz, eu vi o tanto de coisa que estava incompleto, faltando, então é só para ficar
997 claro. Para mim está ok. THIAGO (FIEMG) – Deixa eu fazer uma pergunta presidente,
998 quando ocorre qualquer alteração, ou vamos dizer a palavra forte anomalia, aí sim o processo
999 trás, enquanto não tem ele trás que está cumprido até para nos ajudar a ler os processos,
1000 chegar aqui preparado, entender, estudar o que está acontecendo. Então assim, não sei, penso
1001 que nós estamos tendo uma inversão de valores aqui, não sei, nós temos que pensar, está certo
1002 respeitosamente o que a nossa colega conselheira está pedindo, mas se está sendo dessa
1003 forma, e nós que estamos lendo o processo e estudando estamos entendendo, vamos modificar
1004 e complicar mais para que? SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais algum questionamento sobre
1005 esse processo? Então vamos colocar em votação o item 8.1, os senhores conselheiros que
1006 concordarem com parecer como está permaneça, ou manifeste voto contrário. Aprovado. Em
1007 discussão o item 9.1 - Maxdiesel Veículos e Peças Ltda, com destaque para conselheira
1008 Vanda (Amedi). VANDA (AMEDI) – No parecer consta uma nascente em um raio de 100
1009 metros, aí tem uma cobrança, plano de remediação do local, que fala sobre fazer livre em
1010 alguns postos de monitoramento, está na folha oito, e tem o item seis, na folha doze, que fala
1011 que o plano deve ser apresentado de imediato, não isso aqui é outra coisa, Bom, eu queria
1012 saber um pouco mais sobre os postos livres, os perigos dessa contaminação, talvez seja só



1013 algum esclarecimento. Eu também questiono a questão dos noventa dias para o item seis, que
 1014 está as folhas doze. Eu questiono porque se nesse período de noventa dias ocorrer algum
 1015 impacto negativo né, não sei, talvez eu esteja com excesso de zelo. ANDERSON (SUPRAM)
 1016 – Em relação aos noventa dias, a causar algum impacto durante esses noventa dias, muito
 1017 provavelmente não ocorrera porque a empresa retirou todos os tanques antigos, essa
 1018 contaminação adveio dos tanques antigos que ela tinha, foi trocado todo sistema dos tanques,
 1019 as pistas foram todas impermeabilizadas, provavelmente essa será a ultima remediação que a
 1020 gente espera que ocorra no empreendimento. Com relação a fase livre eu chamo o
 1021 empreendedor para responder. SILVIA (PRESIDENTE) – Com a palavra senhor
 1022 empreendedor. MAX (Representante Maxdiesel) – Essa fase livre nada mais é que uma
 1023 contaminação do diesel no solo, que ocorreu em função do rompimento de um sump. A
 1024 senhora sabe o que é um sump? Sump é uma câmara de contenção que fica localizada em
 1025 baixo da bomba porque toda linha do posto é feita de PAD, sem conexões, quando as
 1026 conexões existem são feitas com eletrofusão, e dentro desses sump são feitas as conexões com
 1027 flexíveis, aonde é conectado a bomba. Um desses sump teve uma rachadura e teve esse
 1028 vazamento. Foi constatado esse vazamento, feito uma remediação no local, o poço foi todo
 1029 reformado, trocamos todos os tanques, filtros, linhas, removemos a pista por inteiro,
 1030 concretamos ela novamente, fizemos as linhas de separação de água e óleo e foi constatado
 1031 agora que ainda existe um resquício dessa contaminação, e por isso eles sugeriram que fosse
 1032 feita uma nova remediação para excluir uma vez por toda essa contaminação que existiu no
 1033 passado. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada senhor empreendedor, esclarecida sua duvida
 1034 conselheira? VANDA (AMEDI) – Esse plano de remediação, o técnico da Supram disse que
 1035 talvez não seja necessário esse prazo, porque esse plano de remediação para que não continue
 1036 contaminado, ele foi apresentado esse plano? Como que é eu não entendi muito bem. MAX
 1037 (Representante Maxdiesel) – Esse contaminação não existe mais, devido a troca de todos
 1038 esses equipamentos. VANDA (AMEDI) – A troca eliminou? MAX (Representante
 1039 Maxdiesel) – Exatamente, existe nos laudos que os novos testes de estanqueidade comprovam
 1040 que o posto está totalmente estanque, então essa contaminação não existe mais, existe
 1041 resquício da contaminação passada, daí a necessidade de uma nova remediação. VANDA
 1042 (AMEDI) - Você chegou a fazer um teste na mina, se chegou a contaminação até lá? MAX
 1043 (Representante Maxdiesel) – Não chegou. VANDA (AMEDI) – Esclarecido presidente.
 1044 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais algum questionamento? Vamos colocar em votação o
 1045 item 9.1 – Maxdiesel veículos e peças Ltda., os senhores conselheiros que concordarem com
 1046 parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. Processo aprovado. Em
 1047 discussão processo 9.2 – Escala produtos alimentícios Ltda., com destaque do Ministério
 1048 Público e da Amedi. CARLOS VALERA (PGJ) – É só atentar que trata-se de um
 1049 empreendimento classe cinco, então nos vamos sugerir a inclusão da compensação da lei do
 1050 snuc com a redação padrão da Supram TM\AP. VANDA (AMEDI) – Senhora presidente,
 1051 esse processo ele na verdade deveria ter um acordo feito entre a DMAE e a empresa, porque
 1052 afinal de contas ela vai receber alguns efluentes. Eu peço vista desse processo senhora
 1053 presidente. RICARDO (SUPRAM) – Só um esclarecimento quanto a essa questão com a
 1054 DMAE, a empresa foi ate solicitada pela equipe como informações complementares a
 1055 empresa já apresentou o contrato de inclusão ao PROMEND – (Programa Recebimento de
 1056 Efluentes Não Domésticos), então ele já tem firmado esse acordo, todo efluente não
 1057 domestico ou industrial ele lança na rede de esgoto municipal e é tratado, e já tem esse
 1058 contrato firmado com a rede publica municipal. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira



1059 Vanda, já que era esse o questionamento ele já foi esclarecido? Não era só esse, é porque eu
 1060 não queria me delongar muito, eu recebi repreensão da senhora presidente que a gente
 1061 demorou muito a pedir vista, então eu deixei aqui de fazer os outros questionamentos. Mas
 1062 então eu aproveito para dizer que tem algumas condicionantes, que foram tratadas no corpo
 1063 do parecer, mas quando chega no local das condicionantes não aparece, então eu acho que é
 1064 uma questão que agente tem que ter essa cautela porque se não ela fica de fora, porque se a
 1065 condicionante não está ali pedida e aprovada ela fica de fora. Eu fiquei com duvida em
 1066 relação ao controle das emissões atmosféricas, então tem outros fatores sim, senhora
 1067 presidente. THIAGO (FIEMG) – Por questão de ordem, existe uma equipe técnica aqui, se ela
 1068 está com dúvida peça para comprovar. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheiro Thiago, isso é
 1069 um direito da conselheira. THIAGO (FIEMG) – Isso é uma falta de respeito com espaço
 1070 publico que nos temos aqui, infelizmente está claro, o processo está aqui, as informações
 1071 estão aqui e ela está justificando que vai pegar o processo para ver uma informação que está
 1072 no parecer? Peço vista conjunta. VANDA (AMEDI) – Não são informações que estão no
 1073 parecer, são duvidas consistentes que eu tenho, e outra se o conselho fosse apenas para vir
 1074 aqui provar o que já foi posto não precisava de conselho. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,
 1075 então vistas no item 9.2 - Escala produtos alimentícios Ltda, para Amedi e Fiemg. Em
 1076 discussão o item 10.1 – Produtos Tarumã Ltda, com destaque para Vanda (Amedi). THIAGO
 1077 (FIEMG) - Só para voltar, esse parecer aqui eu vou querer o processo físico por favor.
 1078 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, o processo da Escala vai para Fiemg, com divisão do prazo
 1079 para conselheira Amedi. A palavra está com você sra. Conselheira Vanda (Amedi). VANDA
 1080 (AMEDI) – Peço desculpas que me perdi um pouco aqui, acho que fiquei meio abalada com
 1081 os comentários, e me recompondo aqui peço vossa presidência que possa me localizar aqui.
 1082 SILVIA (PRESIDENTE) – Item 10.1. VANDA (AMEDI) – Frigorifico Tarumã? Não, olha
 1083 só, Maxdiesel foi o que agente já aprovou. SILVIA (PRESIDENTE) – Escala produtos, vista
 1084 concedida para Amedi e Fiemg e agora estamos em discussão o item 10.1 – Produtos Tarumã
 1085 Ltda, com pedido de destaque da Amedi. VANDA (AMEDI) – Senhora presidente, houve um
 1086 equivoco porque o item 6 que o pessoal da Supram esclareceu sobre a questão dos noventas
 1087 dias, eu estou perdida, só um minuto. THIAGO (FIEMG) – Presidente qual o processo nos
 1088 estamos votando, por favor? SILVIA (PRESIDENTE) – Item 10.1. THIAGO (FIEMG) – Ok.
 1089 VANDA (AMEDI) – Produtos Tarumã Ltda, o anterior que nos votamos foi da Escala
 1090 Produtos Alimentícios? É que eu fico perdida com essa confusão, e olha que durante toda
 1091 discussão, eu estava fazendo a discussão dos Produtos Tarumã Laticínio, falando das
 1092 condicionantes, então eu acho que é tempo de agente rever né, porque eu acho que o
 1093 conselheiro também pode errar. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, você
 1094 solicitou vista do processo 9.2 – Escala Produtos Alimentícios Ltda, agora nos estamos em
 1095 discussão o item 10.1 – Produtos Tarumã Ltda. VANDA (AMEDI) – Considerando que
 1096 houve equivoco da minha parte, eu vou pedir a vossa excelência se seria possível agente
 1097 voltar no processo anterior. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mas qual que é a solicitação para
 1098 voltar no item 9.2, a senhora vai retirar o pedido de vistas? VANDA (AMEDI) – Eu posso
 1099 retirar o pedido de vista, eu me confundi aqui, eu retiro o pedido de vista porque eu não tenho
 1100 anotado. SILVIA (PRESIDENTE) – OK, mas eu gostaria que a senhora me informasse, existe
 1101 ainda alguma dúvida em relação ao processo 9.2, porque se não agente pode entrar novamente
 1102 em discussão e se não for esclarecida suas duvidas você vai solicitar dúvidas. VANDA
 1103 (AMEDI) – Uma breve ajuda dos colegas conselheiros. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,
 1104 estamos aqui para te ajudar senhora conselheira. VANDA (AMEDI) – Para dizer sobre essa



1105 Escala Produtos Alimentícios, quais foram... ninguém pediu esclarecimento nesse processo?
1106 SILVIA (PRESIDENTE) – Houve destaque do Ministério Público com sugestão da inclusão
1107 da condicionante 7 com a lei do snuc, e o destaque foi passado para a senhora. VANDA
1108 (AMEDI) – Eu não vou pedir vista nesse processo ta? O processo que eu vou pedir vista é dos
1109 Produtos Tarumã. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então conselheira Vanda e demais
1110 conselheiros, como houve uma confusão por parte da nossa conselheira, nós vamos voltar a
1111 discussão do item 9.2 – Escala Produtos Alimentícios Ltda, e vamos retirar o pedido de vista
1112 da conselheira Vanda, e do conselheiro Thiago (Fiemg), e vamos colocar em votação o
1113 parecer da Supram, com inclusão da condicionante sete da lei do snuc, ok? Então neste
1114 momento colocamos em votação o parecer único da Supram. Os senhores conselheiros que
1115 concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. VANDA
1116 (AMEDI) – Eu me abstenho. SILVIA (PRESIDENTE) – Processo aprovado com abstenção
1117 da Amedi. Neste momento colocamos em votação a inclusão da condicionante sete, em
1118 relação a lei snuc, com redação padrão do Sisema. Os senhores conselheiros que concordarem
1119 com essa condicionante permaneçam como estão, ou manifeste voto contrario. THIAGO
1120 (FIEMG) – Voto contra, por entender que no parecer não existe identificação dos
1121 significativos impactos ambientais. SILVIA (PRESIDENTE) – Condicionante aprovada pela
1122 maioria, com voto contra do conselheiro Thiago (Fiemg). Agora colocamos em discussão o
1123 item 10.1 – Produtos Tarumã Ltda, com destaque concedido a conselheira Vanda (Amedi).
1124 VANDA (AMEDI) – Nesse processo, que eu estava dizendo sobre as condicionantes que não
1125 apareceram, e também o controle das emissões atmosféricas e também a questão do acordo
1126 com a Dmae. Então foi nesse processo, e aí peço desculpas principalmente, em primeira mão
1127 aos técnicos da Supram, e depois as colegas conselheiros e conselheiras. SILVIA
1128 (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, com relação as duvidas que a senhora tem em relação
1129 ao esse processo Tarumã, a senhora gostaria de ouvir a equipe técnica, ou a senhora já vai
1130 solicitar vista do processo? VANDA (AMEDI) – Eu gostaria de ouvir porque esse pedido de
1131 vista meu, está entre aspas, está na duvida ainda. Se eu ver que há possibilidades. SILVIA
1132 (PRESIDENTE) – Obrigada pela sua sensatez de ouvir primeiro a equipe técnica. Então eu
1133 gostaria que a senhora fizesse exposição de todas as suas duvidas para que a equipe técnica
1134 pudesse manifestar. VANDA (AMEDI) – São essas mesmos, por exemplo, acordo com
1135 Dmae, que nós já sabemos que o Dmae hoje tem muitos problemas né? Então ele tem que
1136 estar ciente de um empreendimento desse porte, e tem que estar de acordo, tem que concordar
1137 porque tem que estar com isso no planejamento dele. Onde está esse acordo? Sobre o controle
1138 das emissões atmosféricas, eu anotei também algumas condicionantes que não aparecem no
1139 anexo um, basicamente são essas as anotações. SILVIA (PRESIDENTE) – Qual é a duvida da
1140 senhora em relação a emissões atmosféricas, e quais são as condicionantes que não aparecem?
1141 Porque se não, não teria como a equipe manifestar. VANDA (AMEDI) – Bom, eu não teria
1142 como fazer isso agora porque eu estou sem... eu não anotei nas minhas anotações quais são as
1143 condicionantes, mas eu acho que isso é uma coisa superável, porque pode pegar todas aquelas
1144 condicionantes que estão no corpo do processo, onde a Supram realmente detecta e eu acho
1145 que foi um trabalho bacana de detectar essas condicionantes, mas coloca-las para votação.
1146 Então vamos votar essas condicionantes, porque se eu só menciono, depois eu posso correr o
1147 risco. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhora conselheira, quando agente coloca condicionante
1148 no parecer da Supram, é votada todas as condicionantes que estão no corpo do parecer.
1149 VANDA (AMEDI) – Mas as vezes a forma de dizer, pode gerar dúvida e pode ser contestado.
1150 SILVIA (PRESIDENTE) – Então, se a senhora tiver alguma dúvida em relação a



1151 condicionante... VANDA (AMEDI) – Não para mim, mas para o empreendedor que eu digo.
1152 Mas se o empreendedor tiver dúvida ele vai pedir ao órgão para esclarecer, mas aqui nos
1153 temos que votar o que está no parecer ou alguma sugestão da senhora. VANDA (AMEDI) –
1154 Eu acho melhor eu pedir vista, eu vou pedir vista. THIAGO (FIEMG) – Eu peço vista
1155 conjunta, só para questão de esclarecimento, presidente e membros conselheiros, a nossa
1156 querida Raquel não está aqui hoje está de férias, mas eu gostaria de alertá-los que todos os
1157 empreendimentos em Uberlândia, para se emitir um alvará e pedida uma lista de documentos,
1158 e dentro dessa lista de documentos, quando há necessidade o PREMEND é exigido. Nenhum
1159 empreendimento aqui vai tirar um alvará de funcionamento sem ter esse documento, além da
1160 condicionante aqui dentro do processo. SILVIA (PRESIDENTE)- A palavra a equipe da
1161 Supram. CAMILA (SUPRAM) – Eu quero só esclarecer sobre o PREMEND conselheira
1162 Vanda, a empresa tem um contrato do PREMEND, o PREMEND é ciente que após o
1163 tratamento da ETE que é dentro da empresa, ela lança na rede do município. O contrato do
1164 PREMEND está em fase de renovação, foi apresentado na SUPRAM um protocolo
1165 solicitando a renovação do contrato, e conforme eu coloquei na página três, considerando que
1166 o empreendimento já obteve contrato do PREMEND autorizando este lançamento e esta está
1167 em fase de renovação do mesmo, a equipe técnica concorda com cronograma de execução
1168 apresentado para fins de adequação da ETE existente. SILVIA (PRESIDENTE) – Só queria
1169 esclarecer isso. Página três, no último parágrafo, são as três últimas linhas. Permanece o
1170 pedido de vista, ou a senhora está satisfeita com os esclarecimentos? VANDA (AMEDI) –
1171 Estou esclarecida, mas eu continuo com a vista porque, bom está em fase de renovação desse
1172 documento, tem uma outra série de coisas assim como, a quantidade de efluentes, eu quero
1173 fazer uma análise melhor. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então vista concedida ao item 10.1
1174 a conselheira Vanda (AMEDI) e ao conselheiro THIAGO (FIEMG). Lembrando que o
1175 processo tem que ser repassado para os dois conselheiros, e divido o prazo para entrega do
1176 relatório de vistas para ser divulgado no site da SEMAD. Então o item 10.2 nos retiramos de
1177 pauta no início da reunião, nos passamos neste momento para o item 11 - **Indicação de**
1178 **nomes de representantes das Organizações não governamentais - ONGs legalmente**
1179 **constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, com assento na**
1180 **URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, para compor a Comissão Paritária - COPA**
1181 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme estabelecido pela Deliberação COPAM**
1182 **nº 435/2012, art. 3º, parágrafos 1º e 2º. Apresentação: Supram TMAP.** O quê que seria
1183 essa comissão? Anterior a lei delegada 180 de 2011, todos os processos de intervenção
1184 florestal, intervenção ambiental eram analisados pelo IEF e seus núcleos, e onde existia um
1185 núcleo de registro de regularização do IEF, existia uma COPA que é uma comissão do
1186 COPAM que decidia sobre o deferimento ou indeferimento dessas intervenções ambientais. O
1187 ano passado nos passamos pelo processo de transição e todos os núcleos que antes pertenciam
1188 ao IEF, hoje pertencem a SUPRAM então esses núcleos hoje, a COPA está suspensa até a
1189 nova composição e agente precisa que saia daqui hoje a indicação de três conselheiros para
1190 fazer parte dessa COPA única do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Então agente não vai
1191 ter mais em cada núcleo seis conselheiros COPA para analisar esses processos, vai ser uma
1192 única COPA de toda regional da mesma forma que é o COPAM. Como seriam esses
1193 conselheiros? Um conselheiro titular, e dois conselheiros suplentes que tem que ser de
1194 ONG'S que já participam do conselho na unidade regional. NATHALIA (OPA) – Ontem
1195 agente reunião na OPA para definir isso, então teve presença representantes da AMEDI,
1196 representante da OPA e da DEGRAF, então ontem a gente já determinou que a titularidade



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

1197 fica com a OPA, o primeiro suplente com a AMEDI e a segunda suplência com a DEGRAF.
 1198 Agente tem uma ata a mão já elaborada com assinatura de todos os representantes. Aqui
 1199 Nathalia, por favor, passe esse documento para que agente possa encaminhar a SEMAD.
 1200 Então agente passa para o item seguinte que é o item 12 – Assuntos Gerais. MOISES
 1201 (FETAMEG) – Em assuntos gerais eu vou trazer aqui a tona uma situação que agente já
 1202 discuti várias vezes aqui no conselho, as questões das PCH'S do Tijuco. Meses depois do
 1203 conselho de bacia regional ter indeferido seu procedimento, o governo ao meu ver
 1204 truculentamente empurrou essa questão na semana retrasada. Eu estive na semana passada
 1205 sentado com Sr. Danilo, questionei ele sobre essa situação, perguntei a ele se ele iria evocar o
 1206 procedimento e dar ad referendum, que pelo caminhar das coisa seria possível até isso. Ele
 1207 desconversou e falou que não, que vai seguir o procedimento normal, mas pelo que eu vi na
 1208 semana retrasada, não vai seguir procedimento normal nenhum. Eu tenho obrigação de trazer
 1209 para esse conselho qual está sendo esse caminhar. Depois de cinco anos e muitas discussões
 1210 neste conselho, onde que gerou aqui termo de referência, não foi nada menos que isso, foi
 1211 muita luta mesmo neste conselho, do qual eu participei, as ONG'S participaram, o Ministério
 1212 Público participou, do termo de referência que hoje virou uma obrigação para todas PCH's do
 1213 estado, mas mesmo assim o governo, não o estado, o governo de forma truculenta, a meu ver,
 1214 veio novamente e empurrou essa situação. Usando de artifícios de um conselho para com
 1215 outro, ao meu ver não permitiu uma vista no conselho na última instância, de discussão de
 1216 deliberação, mas sabendo disso e tendo conhecimento disso e conversado com as pessoas que
 1217 estiveram nessas reuniões, é minha obrigação trazer para esse conselho para que fiquemos
 1218 atentos a qualquer ação do governo em relação as PCH's do Tijuco, porque da forma que está
 1219 sendo colocado, para daqui 5, 10 ou 15 anos, a questão da água do Tijuco vai estar de uma
 1220 situação onde não se prevê qual será o conflito que pode advir dela. CARLOS VALERA
 1221 (PGJ) – Só para dizer conselheiro Moises, que nós estamos acompanhando o passo dessa
 1222 questão, nós temos um inquérito civil instaurado em Ituiutaba que está em análise no nosso
 1223 núcleo de licenciamento, porque a uma discussão sobre a questão do dano regional. Se o dano
 1224 for regional, a competência vai ser deslocada para capital do estado. Então nós estamos
 1225 mantendo contato permanente com toda sociedade civil, e também com poder público e
 1226 estamos analisando essa questão. Provavelmente e infelizmente nós vamos concluir que vai
 1227 acabar sendo judicializado, o que é ruim para todos, mas, da forma que o governo está agindo
 1228 e infelizmente não há outra opção. Chegar ao ponto de uma estância que é a CTIL julgar o
 1229 recurso, porque perderia o recurso, manipular para que houvesse uma reunião do comitê
 1230 estadual, realmente é algo impensável sobre a ótica democrática e sobre a ótica popular. Então
 1231 só para registrar, que nós estamos monitorando e obviamente a hora que nós firmarmos a
 1232 convicção de que eventualmente existem ilegalidades, a questão vai ser levada para o
 1233 judiciário para discussão. VANDA (AMEDI) – Eu gostaria de fazer uma fala a respeito das
 1234 PCH's, mas como tenho um colega de trabalho, do movimento ambientalista, aqui presente
 1235 que com certeza fala com mais propriedade do tema, eu gostaria que ele fizesse uma fala
 1236 breve para nos ajudar. Gustavo Malacco. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, após
 1237 manifestação de todos os conselheiros agente passa porque tem um conselheiro suplente que
 1238 também gostaria de falar sobre o assunto, então por questão de ordem, primeiro os
 1239 conselheiros depois a gente houve o público. VANDA (AMEDI) – Está ótimo. Obrigada.
 1240 SILVIA (PRESIDENTE) – Então vamos ouvir primeiramente o Gustavo. Gustavo você tem
 1241 cinco minutos. GUSTAVO MALACCO – Bom dia a todos. Eu participei das duas reuniões
 1242 que ocorreram que foi resultante de um recurso do empreendedor em relação a decisão



1243 tomada pelo comitê, até a Dra. Dora é membro do comitê, em que o comitê indeferiu as
 1244 DRDH (Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica) das duas PCH's. Essa foi uma
 1245 decisão quase que unânime, tivemos apenas dois votos contrários nessa reunião do comitê,
 1246 sendo um da FIEMG e o outro do IGAM e uma abstenção. Mas isso eu quero destacar que
 1247 produtores rurais, empresários da região, prefeituras, o próprio IEF, todos votaram nesses
 1248 pareceres. Chegou esse processo na CTIL, nos achamos estranho o procedimento da
 1249 presidente da mesa da CTIL, que é presidido pela FIEMG, e na retirada desse processo da
 1250 reunião e ao mesmo tempo compactuando com uma reunião conjunta com a CTIG, esse é ate
 1251 o primeiro ponto que vai ser levantado essa legalidade da CTIG decidir junto com a CTIL,
 1252 porque nos entendemos que quem é instancia deliberativa que tem nas deliberações
 1253 normativas e a CTIL não é a CTIG. Reunião conjunta pode fazer mais respeitando a questão
 1254 da CTIL. E na segunda reunião, para levantar o assunto que já foi levantado, houve o pedido
 1255 de vista de um conselheiro e esse pedido de vista foi negado dizendo que, não era
 1256 procedimento dentro da câmara técnica dar vistas a conselheiros. Mas se ali é a última
 1257 instância deliberativa, e se a CTIL é um braço do CRH, se o CRH permite o processo de vista,
 1258 porque que não foi permitido dentro dessa última instância deliberativa, que segundo a
 1259 procuradoria do IGAM não há possibilidade de recurso, acatar esse pedido de vista? Só quero
 1260 ressaltar uma fala, não das pessoas que estavam ali presentes, até a CEMIG que é sócia da
 1261 ALUPAR, não nestes empreendimentos, mas em empreendimentos de linha de transmissão,
 1262 solicitou que o processo fosse retirado de pauta. A própria sócia pediu a reunião a presidente
 1263 da mesa para tirar de pauta porque não via uma situação boa, uma situação plausível para se
 1264 deliberar aquele assunto. Isso que eu queria passar. Eu queria tocar em um assunto que ele é
 1265 chato mais eu gostaria de colocar porque é uma questão de prevenção inclusive com
 1266 Ministério Público. Eu fui ameaçado por um representante da ALUPAR chamado Carlos
 1267 Eduardo, durante a reunião, lavrei um boletim de ocorrência, vou dar ciência ao Ministério
 1268 Público Estadual de Crimes Contra Vida, e estou passando ao conselho esse tipo de situação
 1269 que eu acho que a gente não deveria passar mais em Minas e no Brasil. Então, estou dando
 1270 ciência do fato em espaço público, que isso aconteceu durante a reunião. Não levantei essa
 1271 questão durante a reunião, pois não achei que era o local apropriado na discussão, mas a partir
 1272 vou dar ciência ao fato ao estado de Minas e a todas as instâncias legais do que aconteceu
 1273 durante a reunião, essa ameaça que eu tive desse representante do empreendedor. Obrigado.
 1274 SILVIA (PRESIDENTE) – Sobre esse assunto eu não sou da região então eu não tenho
 1275 muitas informações, mais solicito nesse momento que seja registrado em ata, inclusive na
 1276 síntese, que é enviado ao nosso secretario Dr. Eduardo Magalhães, para que a SEMAD tenha
 1277 conhecimento do questionamento que está sendo feito nesta unidade regional do COPAM.
 1278 Agente também passará para o Rodrigo, que é o superintendente aqui que da apoio aos
 1279 senhores conselheiros para que seja verificado um posicionamento da SEMAD, e possa ser
 1280 trazido uma resposta aos senhores. Agora eu gostaria de ouvir o conselheiro Reginaldo e o
 1281 conselheiro Bertholdino. REGINALDO (UFU) – Só a título do nosso trabalho ser feito da
 1282 forma melhor possível, parece que há uma tendência que tenha muitas vistas nos próximos
 1283 processos, tendo como base essa reunião de hoje. Na reunião passada, ficou só o item 5.1 que
 1284 foi visto hoje, se com um item a vista foi entregue 24 horas para os técnicos da SUPRAM, é
 1285 necessário que agente reveja isso, porque os conselheiros tem teoricamente 21 dias para fazer
 1286 o relato, e agora agente vai cobrar que os técnicos da SUPRAM tenham 24 horas para ler o
 1287 relato? Daqui a pouco em uma quinta – feira eles tem uma vistoria, alguma coisa para fazer,
 1288 vai chegar relato entregue na mão no momento da reunião. É preciso que a gente tenha em



mente que o processo chega para gente mastigadinho, fácil, porque eles fizeram. O nosso trabalho é muito mais fácil que o deles. Então vamos tomar mais um pouco de cautela em relação a isso, sobre pena de daqui a pouco a gente ter que prever que relatórios entregues fora do prazo não sejam aceitos por essa mesa para serem vistos nessa reunião. O que deveria mais não está no nosso regimento, só isso. SILVIA (PRESIDENTE) - Eu gostaria só de passar uma informação para os senhores conselheiros, o regimento que foi apresentando aqui, a proposta de revisão, ela passou pela CNR, foi retirada de pauta a pedido do Secretário, porque durante a apresentação tiveram muitas contribuições e não foi possível discutir todas, então deve voltar em uma próxima reunião, e nesse novo regimento, pelo menos na proposta inicial, estava previsto que os relatórios de vistas não entregue no prazo não seriam apreciados pelo conselho. Então é bom a gente começar a praticar a entrega dos trabalhos dentro do prazo estabelecido, se não pode ser que algum trabalho de vocês não seja levado em consideração no momento de julgamento. Muito obrigada conselheiro Reginaldo pela atenção com nossa equipe, porque realmente quando a equipe da SUPRAM recebe um relatório de vistas, tenta esclarecer todas as dúvidas, preparar, vir aqui justificar para os senhores conselheiros se realmente houve uma falha no projeto ou não e para que todas as dúvidas possam ser dirimidas. E se a gente recebe esse parecer em cima da hora, fica comprometido o nosso trabalho em relação a vocês, o nosso atendimento a esse conselho. Muito obrigada conselheiro Reginaldo. Agora o conselheiro Bertholdino. BERTHOLDINO – Para quem não me conhece eu sou suplente nesse conselho, mas também sou suplente na Câmara de Compensação Ambiental em Belo Horizonte. Eu gostaria de dar uma satisfação a Unidade Regional, que de uns 4 (quatro), 5 (cinco) meses para cá tem aparecido vários processos em Belo Horizonte vindo dessa câmara para ser aprovado a questão da compensação ambiental. Então é só uma satisfação que na reunião passado por exemplo, nós aprovamos a compensação ambiental de um empreendimento aqui na região, e todo dinheiro, nós estamos tentando lá dentro do conselho, reverter o dinheiro para a região, porque a lógica é tentar reverter para a região aonde a compensação foi incedida. É lógico que tem casos que a legislação não permite, pois a prioridade é regularização fundiária, mas alguns casos nos temos conseguido trazer recursos para algumas unidades de conservação na região. Na reunião passada nos conseguimos de uma compensação ambiental R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil), para refugio da silvestre do tijuco, inclusive para fazer o plano de manejo daquela unidade. Nós vamos tentar nas próximas reuniões, também tentar algum recurso até para regularização se for o caso. Então na verdade estou dando uma satisfação a esse conselho, falando que o recurso, as condicionantes que vocês estão aprovando aqui, estão começando a ter retorno lá na CPB de alguma maneira. Esse é um caso específico real, que R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil) foram direcionados para o plano de manejo dessa unidade específica. Nós estamos trabalhando nesse sentido de trazer mais algum recurso para cá, tentando aplicar aqui na região. Na maioria dos casos não tem como porque a legislação é bem clara que a prioridade é regularização fundiária e aqui não há tanto problema. Mas é mais uma satisfação para o conselho mostrando que há engrenagem e a CPB está começando a voltar a funcionar de novo, ela ficou muito tempo parada por vários motivos que não vem ao caso agora, mas ela está começando a andar e nós estamos votando em media 30 (trinta), 40 (quarenta) processos por reunião. Está na faixa de 15 (quinze) processos e com altos recursos. Então na verdade é só uma satisfação para o conselho que suas condicionantes estão caminhando na Câmara da CPB. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada Bertholdino pelas informações, agente vê o resultado das condicionantes, principalmente do Ministério Público.



1335 THIAGO (FIEMG) – Eu gostaria de passar aos conselheiros que no dia 8 do mês que vem, a
1336 FIEMG vai estar realizando aqui o dia todo juntamente com alguns agentes do IGAM, a
1337 capacitação para projetos do FIDRO, eu vou passar esse convite para SEMAD, para
1338 SUPRAM e peço a vocês que repliquem, os conselheiros que tiverem interesse, nós temos um
1339 número de vagas limitado, é gratuito mas nós temos o número de vagas limitado. Então eu
1340 gostaria de dar esse aviso, e concordar com a fala do nosso amigo conselheiro Reginaldo. Nós
1341 passamos por uma evolução muito grande nesse conselho, nós passamos por um
1342 amadurecimento do conselho e nas duas últimas reuniões eu estou tendo a impressão que está
1343 se tentando mostrar um caos ou transparecer uma falta de organização, de responsabilidade,
1344 inclusive desrespeito a lei. Eu penso que isso não acontece aqui, nós estamos falando de um
1345 órgão de licenciamento com os membros com características de agentes públicos, além da
1346 equipe técnica que tem toda responsabilidade inclusive de obedecer à lei. Eu gostaria de
1347 deixar bem claro que é uma preocupação nossa, e gostaria que fosse respeitado alguns desses
1348 momentos para que nós pudéssemos pegar o parecer vir com os estudos prontos, se tiver
1349 alguma informação, como a idéia da presidente se tiver alguma dúvida procurar a equipe
1350 técnica antes, ou até se for o caso nós podemos marcar uma reunião previa, nós colocamos a
1351 disposição aqui nossas instalações, para que a equipe possa reunir com quem tiver dúvidas,
1352 para que a gente possa continuar a ter essa qualidade que nós estávamos tendo nos últimos
1353 anos. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada conselheiro Thiago. CARLOS VALERA (PGJ) –
1354 Só duas situações para complementar, primeiro a fala do Bertholdino, nós conseguimos
1355 também R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) reais para estudo do quebra –anzol na nossa
1356 região aqui, e a expectativa é muito boa porque, boa por um lado e ruim por outro,
1357 levantamento do IEF diz que das nossas unidades somente 30% estão regularizadas, isso é
1358 ruim. Por outro lado, nós temos uma expectativa de arrecadação do snuc de R\$
1359 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), então talvez a gente consiga resolver essa
1360 equação. Só na nossa URC, levantamento feito pelo nosso superintendente são R\$
1361 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do snuc. Então nosso trabalho aqui em que pese o
1362 posicionamento da FIEMG, que agente respeita, está trazendo bons frutos e trará bons frutos.
1363 E essa outra questão Thiago, saber se essa capacitação você vai abrir a qualquer gente,
1364 qualquer pessoa, porque nós lá em Uberaba que temos agora o licenciamento municipal,
1365 talvez seja de grande interesse nós mandarmos alguém. THIAGO (FIEMG) – Já que você
1366 questionou lá em Uberaba também vai acontecer essa capacitação dia 9 (nove), um dia depois
1367 daqui. CARLOS VALERA (PGJ) – Que ótimo. Muito obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) –
1368 Mais algum conselheiro? VANDA (AMEDI) – O que eu queria dizer é o seguinte, quando
1369 nós já atuamos, eu estive no conselho a um tempo atrás, e agente procurava sempre manter a
1370 entrega dos relatórios em dia. Quando você tem um relatório para elaborar que o
1371 empreendimento é na cidade ou você não vai visitar o empreendimento é simples, em uma
1372 tarde você resolve a questão. Mais sair da sua cidade, ir em outra cidade, fazer uma visita,
1373 ficar lá o dia todo, um fim de semana por conta, e muitas vezes você não tem essa
1374 disponibilidade você tem que esperar um final de semana que de para ir, e esse foi um caso.
1375 Então eu não assumo os dizeres, em respeito a isso, dos colegas conselheiros, mesmo porque
1376 eu já me desculpei no início dos trabalhos. Eu tento aqui e peço desculpas a todos e todas se
1377 as vezes parece antipático, mas eu tento fazer da melhor forma possível, Eu sou um ser
1378 humano com um monte de defeitos e essa antipatia não é intencional, se tem antipatia não é
1379 intencional, e no sentido de colaborar no trabalho. Como eu levei esse material, estou
1380 devolvendo esse aqui, e como eu tinha sugerido a leitura desse livro e falei que doaria para



SUPRAM, está aqui o livro para leitura, é um relatório da rede social de justiça e direitos humanos, é um relatório de 2011 está recente, e eu acho que seria bacana para gente também poder se inspirar um pouquinho nesse trabalho, que não é um trabalho fácil, principalmente para uma ONG, que uma ONG não ganha para fazer isso, isso é vontade de contribuir, vontade de melhorar a vida de algumas pessoas que estão sofrendo com alguns empreendimentos e também discutir, porque eu acho que esse fórum aqui não é somente para vir e votar. É um fórum no sentido de a gente crescer como ser humano, trocar experiência, de tentar melhorar na sociedade para as pessoas que estão vindo aí. Então se agente tiver que vir com tudo mastigado para não ter o que discutir aqui, eu sou contra isso, eu acho que a gente tem que vir com as dúvidas sim, por mais dúvidas que a gente tire, porque eu não procurei o pessoal da SUPRAM mas procurei várias outras pessoas, engenheiro da Petrobras, que eu até já mencionei aqui, pessoal que lida com laticínio lá de Monte Carmelo. Então eu procurei saber de um monte de coisa mais ainda cheguei com dúvidas, e eu acho que trazendo essas dúvidas, esse é o local para a gente discutir e tirar dúvidas. Então eu não concordo com parte das coisas que foram ditas. Agradeço e peço desculpas, obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, obrigada pela doação do livro a Supram, nós repassaremos ao Rodrigo e pediremos que seja repassado a toda equipe a quem desejar ter conhecimento, e te dizer que este local aqui é sim de discussão, eu entendo seu posicionamento e entendo o posicionamento dos colegas, e a gente coloca mais uma vez a equipe da SUPRAM a disposição, porque talvez muitas das dúvidas da instituição AMEDI possam ser esclarecidas sim antes da reunião, com uma boa conversa, diálogo, para evitar retirada de vista de processo sem ter a necessidade. Mas isso fica facultado a senhora como direito, como conselheira, e a gente está aqui para dar todo apoio não só a Vanda (AMEDI) como os demais conselheiros que sentirem essa necessidade do apoio da SUPRAM. Eu gostaria como última informação, informar aos senhores conselheiros que finalizou o prazo de cadastro de instituições para participar da composição do COPAM e o resultado já está disponível na página da SEMAD e nós já temos aqui 13 instituições habilitadas para essa unidade regional, entre ONG's, associações, instituições de ensino. Os senhores conselheiros que tiverem a curiosidade podem entrar lá no site para conhecer quem são as possíveis instituições que farão parte deste conselho no próximo mandato. Então encerramos a nossa reunião e eu agradeço a presença de todos. Boa tarde, encerramos a nossa reunião as 11:55 hs. **Item 13 – Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 30 de Julho de 2012.

SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)